



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO



WDILEIA MENDES DE OLIVEIRA

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA NOVA ESPERANÇA: Um estudo sobre a
participação da comissão PRO-EFA

Belo Horizonte

2014

WDILEIA MENDES DE OLIVEIRA

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA NOVA ESPERANÇA: Um estudo sobre a
participação da comissão PRO-EFA

Monografia apresentado ao curso de
Especialização em Educação do
Campo da Faculdade de Educação,
Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Lima
Coorientador: João Begnani

Belo Horizonte

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pelo incentivo e apoio durante a minha vida acadêmica.

Ao meu pai, pelo carinho e exemplo de luta e superação.

A minha mãe, pela paciência e compreensão nos momentos de estudo e ausência para a conclusão do curso.

Agradeço a toda a minha família, por estar sempre ao meu lado.

Aos mestres e amigos que tanto nos proporcionaram momentos de reflexão e desesperos frente aos trabalhos exigidos.

Aos colegas de curso pelo companheirismo, troca de experiências e incentivos durante o desenrolar das atividades acadêmicas.

As colegas Rosilene, Ivonete, Odmir e Lourdes eterno carinho por dividir durante o período do curso o quarto e as bagunças diárias, e momento de estudos no coletivo.

Aos companheiros dos sindicatos pelo carinho e incentivo durante a realização das entrevistas.

Enfim a Deus fonte inesgotável de amor, misericórdia e compreensão.

RESUMO

Este trabalho apresenta a reflexão acerca da Escola Família Agrícola Nova Esperança: Um estudo sobre a participação da comissão PRO-EFA, localizada no Território do Alto Rio Pardo, no município de Taiobeiras, norte de Minas Gerais. O estudo parte da discussão do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial - PRONAT, bem como a sua implantação do Território do Alto Rio Pardo, no norte de Minas Gerais. Em seguida, foram discutidos os seguintes assuntos: A Educação do Campo, A Escola Família Agrícola Nova Esperança e seu processo implantação e a participação da comissão PRO-EFA na implantação da Escola Família Agrícola Nova Esperança. Considerando os caminhos metodológicos adotados no presente trabalho, optei por analisar três categorias durante a reflexão da entrevista semi-estruturada que foram: A primeira categoria está voltada para conhecer o perfil dos membros da comissão PRO-EFA, a representação municipal, e a representação da sociedade civil e do poder público. Na segunda categoria buscou-se discutir sobre a participação dos membros na elaboração dos documentos jurídicos e pedagógico que constitui a EFA NE. E a terceira categoria procurou analisar a participação dos representantes em movimentos sociais anterior a sua inclusão na comissão e quais foram a base formativa dos membros da comissão PRO-EFA. A pesquisa ressaltou que a participação da comissão PRO-EFA foi fundamental para efetivação da implantação da EFA NE e da política pública do Território da Cidadania no Alto Rio Pardo. Vale destacar a base formativa dos membros da comissão é produto das experiências que a rede de articulação dos movimentos sociais representa nessa região como sujeitos promotores de agendas públicas e de mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais.

PALAVRAS CHAVES: Educação do Campo, Escola Família Agrícola, Política Pública e Participação.

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 - Representação Municipal e nível de participação do membros da comissão PRO-EFA	34
GRÁFICO 2 – Representação da Sociedade Civil e do Poder Público.....	35
GRÁFICO 3 – Participação quanto ao gênero.....	35
GRÁFICO 4 - Nível de escolaridade dos membros	36
GRÁFICO 5 -Faixa etária dos membros da comissão	37
GRÁFICO 6 - Conhecimento sobre EFA.....	39
GRÁFICO 7- Participação no Seminário Territorial	41
GRÁFICO 8 - Participação na elaboração do Estatuto da Associação.....	42
GRÁFICO 9 - Participação na elaboração do Regimento Interno.....	44
GRÁFICO 10 - Participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico....	45
QUADRO 1 - Base Formativa dos Membros da comissão PRO-EFA	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEFARP - Associação Escola Família Agrícola do Alto Rio Pardo

AMEFA - Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícola

CAA - Centro de Agricultura Alternativa

CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CIDARP - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Alto Rio Pardo

CPT - Comissão Pastoral da Terra

COMISSÃO PRO-EFA - Comissão formada em prol da Escola Família Agrícola
Nova Esperança

EFA - Escola Família Agrícola

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

MASTRO - Movimento Articulado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do
Alto Rio Pardo

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

PAPP I e PAPP II - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor fase I e fase II

PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDENOR- Superintendência do Norte de Minas Gerais

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 - O processo histórico da EFA Nova Esperança a partir do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial – PRONAT.....	12
1.1 - O Território do Alto Rio Pardo no Norte de Minas Gerais.....	16
1.2 - A Educação do Campo	21
1.3 - O processo de construção da Escola Família Agrícola Nova Esperança	25
Capítulo 2 - A participação da comissão PRO-EFA na implantação da Escola Família Agrícola Nova Esperança	28
2.1 - O Nível de escolaridade dos representantes	36
2.2 - Conhecimento quanto a EFA.....	39
Conclusão	56
Referências Bibliográficas	60
Anexos	62

Introdução

A presente pesquisa pretende analisar o processo histórico da Escola Família Agrícola Nova Esperança e melhor compreender a participação da comissão formada pelos membros do colegiado territorial, denominada Comissão em favor da Escola Família Agrícola - Comissão PRO-EFA. Essa comissão tinha a missão de mobilização dos atores sociais na articulação e efetivação da implantação da Escola Família Agrícola Nova Esperança. Vale destacar que o principal ator social é o movimento sindical, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais exercem papel primordial de articulação e na mobilização das lideranças comunitárias, dos alunos, pais, prefeituras e governo federal e dos demais colaboradores junto às comunidades rurais do Território Alto Rio Pardo.

A comissão PRO-EFA foi responsável pelas atividades de implantação da Escola Família Agrícola Nova Esperança e pela elaboração dos documentos necessários para o funcionamento da EFA tais como: Estatuto, Regimento Interno, Projeto Político Pedagógico e autorização da Superintendência Regional de Ensino para o funcionamento da EFA, e na criação da Associação Escola Família Agrícola do Alto Rio Pardo - AEFARP entidade mantedora. A priorização pela linha temática da Educação do Campo dentre os projetos aprovados no Território do Alto Rio Pardo aconteceu no ano de 2005. Segundo relatos dos participantes da comissão PRO-EFA a EFA NE já tinha sido discutido muito antes da efetivação do Território, mas que com o apoio do PRONAT foi possível concretizar esse sonho. Apesar de ser priorizado o processo de implantação como projeto dentro do Território, esse projeto ficou adormecido (parado) no período de cinco (05) anos, diversos fatores contribuíram para o atraso do processo de implantação da EFA NE, desde a definição do local a ser construída à definição dos instrumentos legais de funcionamento da EFA.

No intuito de refletir sobre a comissão PRO-EFA, o membro Moisés Oliveira¹, assim a definiu:

¹ OLIVEIRA, Moisés Dias de. Membro da comissão PRO-EFA. Entrevista realizada em 17/07/2014.

A comissão foi uma tática usada por nós que almejou educar para participação e construção coletiva de processos sociais e ao mesmo tempo pressionar o poder público do território da cidadania do alto Rio Pardo a assumir e executar a construção do prédio da Escola Família Agrícola Nova Esperança.

Nesse sentido, essa comissão foi responsável por priorizar no Plano de Desenvolvimento Rural a proposta da Educação do Campo na linha temática do Território da Cidadania do Alto Rio Pardo.

Para compreender a concepção e o processo de implantação da Escola Família Agrícola Nova Esperança é importante conhecer o momento histórico que os municípios do Alto Rio Pardo estavam vivenciando. No ano de 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA órgão responsável pelos Territórios Rurais cria a Secretaria de Desenvolvimento Territorial por meio do decreto nº 5033 de 05 de abril de 2004. Esse processo desencadeou as articulações no intuito de definir geograficamente os territórios rurais com o objeto de unidade das ações governamentais. Assim sendo, após a criação da SDT foi possível criar o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais. Esse programa tem por objetivo buscar as estratégias de planejamentos e gestão territorial, a integração das ações entre os governos federal, estadual, municipal e a participação social.

É importante mencionar que as articulações políticas de organizações vivenciadas pelos movimentos sociais que compõem o território do Alto Rio Pardo foram fundamental no momento da definição pela implantação da Escola Família Agrícola Nova Esperança e pela reflexão pedagógica das experiências de resistências camponesa em defesa da qualidade de educação ofertada na educação no meio rural.

Com o intuito de realizar a pesquisa na área da educação do campo, optou-se pela escolha do tema “A Escola Família Agrícola Nova Esperança: Um estudo sobre a participação da comissão PRO-EFA”. Entende-se que para compreender o funcionamento da Escola Família Agrícola Nova Esperança a partir de 2012, ano que iniciou as atividades educativas é importante refletir como aconteceu o processo de mobilização, implantação e criação dos instrumentos pedagógicos e jurídicos e qual foi a participação da comissão

PRO-EFA na efetivação desse processo. Ao longo das entrevistas realizadas, na pesquisa empírica, percebeu-se que havia insatisfação dos agricultores familiares e das lideranças sindicais com o fechamento das escolas rurais e a qualidade da educação do campo ofertada na zona rural.

Após um levantamento bibliográfico em bibliotecas e em sites acadêmicos, foram encontradas uma diversidade e riqueza de propostas de estudos sobre o tema Escola Família Agrícola e Pedagogia da Alternância. Mas por se tratar de pouco tempo de funcionamento, considera-se relevante investir nessa pesquisa sobre o processo histórico da Escola Família Agrícola Nova Esperança e a participação da comissão PRO-EFA por entender que as experiências dos movimentos sociais nos diversos processos formativos articulados nessa região contribuíram na definição da Escola Família Agrícola tendo em vista que os atores sociais estavam muito insatisfeitos com a qualidade da educação oferecida para seus filhos no meio rural.

Além disso, acredito que a pesquisa pode favorecer a busca por parcerias para mobilizar a população local para apoiar a proposta educacional, defender os convênios entre a sua associação mantenedora e diversos municípios, o que possibilita parte do financiamento da escola e a manutenção dos gastos administrativos e pedagógicos. Outro fator relevante é o fato de ser salinense e por Salinas fazer parte do território do Alto Rio Pardo. Assim sendo, fui instigada a pensar sobre a possibilidade de conhecer mais de perto os processos formativos vivenciados pelos movimentos sociais da região.

Diante do exposto, destaca-se como objetivo geral desse trabalho o propósito de analisar como aconteceu o processo de implantação da EFA Nova Esperança e a participação da comissão PRO-EFA. Os objetivos específicos são: a) Analisar a participação dos representantes da Comissão PRO-EFA no processo de implantação da EFA Nova Esperança e b) Identificar as influências dos princípios formativos e das instituições que os representantes trazem ao participar como membros da Comissão PRO-EFA.

Com relação à metodologia utilizada para a realização da pesquisa utilizou-se do estudo de caso com pesquisa de campo, que conjuga análise de documentos e entrevistas. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, envolvendo diferentes referências. Basearam-se nos fundamentos da pesquisa qualitativa,

por meio da investigação in loco, analisando os documentos, registros como atas e arquivos do Território da Cidadania do Alto Rio Pardo.

Utilizar-se-á da pesquisa qualitativa para compreender o processo de implantação e funcionamento da EFA NE. Segundo Minayo (1994) “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. É muito utilizada como pressuposto para fazer ligação entre teoria e prática.

Optou-se pela coleta de dados as entrevistas semi-estruturadas por entender que a dinâmica de perguntas fechadas e abertas favorece um espaço maior de reflexão.

As entrevistas foram divididas em três categorias: A primeira categoria está voltada para conhecer a representação municipal e nível de participação dos membros da comissão PRO-EFA, a representação da sociedade civil e do poder público, a participação quanto ao gênero, o nível de escolaridade dos membros, a faixa etária dos membros da comissão PRO-EFA, e o conhecimento sobre EFA. Na segunda categoria buscou discutir sobre a participação da comissão PRO-EFA, na constituição da EFA, a participação no Seminário Territorial, a participação na Elaboração do Estatuto, do Regimento Interno e a Elaboração do Projeto Político Pedagógico. E a terceira categoria procurou analisar sobre a participação dos representantes nos movimentos sociais anterior a sua inclusão na comissão PRO-EFA e quais foram à base formativa dos membros da comissão PRO-EFA.

O trabalho foi estruturado em Introdução, da qual constam do tema, problema, objetivos, justificativa, metodologia, questão central e como o estudo foi organizado, e mais dois capítulos. O primeiro capítulo se refere ao processo histórico da EFA Nova Esperança a partir do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial – PRONAT, na seqüência, O Território do Alto Rio Pardo no Norte de Minas Gerais, a Educação do Campo, a Escola Família Agrícola Nova Esperança e seu processo de implantação até o funcionamento na atualidade.

No segundo, trataram-se das análises da participação da comissão PRO-EFA na implantação da Escola Família Agrícola Nova Esperança e dados referentes à metodologia e as considerações finais.

Capítulo 1 - O processo histórico da EFA Nova Esperança a partir do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial – PRONAT

Para compreender o processo histórico da EFA Nova Esperança faz-se necessário discutir sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT e sua implantação no ano de 2003.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA órgão responsável pelas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, criou em 2004, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Essa secretaria por sua vez criou o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial, centrada principalmente na organização, na formação de agentes territoriais de desenvolvimento e ações de inclusão produtiva.

O PRONAT teve início das suas atividades em 2003, esse programa tem como objetivo:

Promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios, cuja finalidade seja o incremento sustentável dos níveis de qualidades de vida da população rural, mediante três eixos estratégicos: organização e fortalecimento dos atores sociais, adoção de princípios de práticas da gestão social; e promoção da implementação e integração das políticas públicas. (2003-2010, p.42)

A criação do PRONAT constituiu um avanço para a política de desenvolvimento rural. Mas a sua viabilidade aconteceu após a sua inclusão no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Esse processo desencadeou as articulações no intuito de definir geograficamente os territórios rurais como objeto de unidade das ações governamentais.

O programa buscou estratégias de planejamentos e gestão territorial, a integração nas ações entre os governos federal, estadual, municipal e a participação social. Esse programa tem como público-alvo: beneficiários agricultores (as) familiares, poder público, populações tradicionais, assentados

(as) pela reforma agrária e os (as) líderes locais e representantes de entidades que congreguem interesses relacionados ao desenvolvimento rural sustentável, especialmente de buscar:

- Desenvolver processos de gestão social envolvendo a organização dos atores sociais, o planejamento dos atores sociais, o planejamento participativo e ascendente nos territórios rurais apoiados, bem como o controle social das políticas implementadas nesses espaços;
- Fortalecer as institucionalidades territoriais enquanto atores fundamentais para a implementação do Programa; e
- Propiciar espaços para a participação dos atores sociais (poder público e sociedade) na formulação, implementação e gestão social de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, bem como qualificar essa participação por intermédio de processos de formação e capacitação contínuos dos atores sociais. (2003-2010, p.43)

O PRONAT visa desenvolver ações e estratégias de planejamento que agregue a união dos entes federados na busca de melhoria da qualidade de vida da população de sua área de atuação.

Após a reflexão sobre o Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável faz-se necessário fazer um recorte para a implantação do Território Rural nos municípios do Alto do Rio Pardo, que iniciou-se em 2004. De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial, o território deve compreender um conjunto de municípios unidos com o mesmo perfil econômico e ambiental, ou melhor, possuir identidade e coesão social e cultural. Cada território possui uma organização (colegiado) e procura trabalhar um Plano de Desenvolvimento. A sua estrutura de gestão é composta por Comitê Gestor Nacional, e seus desdobramentos: Comitê Interministerial, Coordenação Executiva, Comitês de Articulação Estadual e Colegiada territorial. Assim, em cada território, o colegiado territorial assume uma função importante por acompanhar, monitorar e executar as ações definidas em cada espaço de discussão dos territórios.

No ano de 2004, o Território do Alto do Rio Pardo foi constituído conforme descrição abaixo.

O território do Alto do Rio Pardo é constituído por 15 municípios que são: Taiobeiras, Rio Pardo de Minas, Curral de Dentro, Santa Cruz de Salinas, Novohorizonte, Fruta de Leite,

Indaiabira, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraiso, Ninheira, Salinas, Berizal, Montezuma Vargem Grande do Rio Pardo, Rubelita. A população total do território é de 192.118 habitantes, dos quais 86.210 vivem na área rural, o que corresponde a 44,87% do total. Possui 16.097 agricultores familiares, 30 famílias assentadas e 1 comunidade quilombola. Seu IDH médio é 0,65. (Fonte: Sistema de Informações Territoriais).

O Território foi homologado em 08 de setembro de 2004. É importante mencionar que o direcionamento das políticas públicas após homologação do Território foi essencial para essa região, pois possibilitou que sonhos como a criação da EFA NE tornou-se realidade. No ano de 2005, constitui-se uma comissão formada por membros do colegiado territorial que priorizou dentre as várias temáticas do Plano de Nacional de Desenvolvimento Territorial a Educação do Campo.

No intuito de compreender o processo histórico da EFA Nova Esperança vale destacar que ela é resultado da mobilização via Território da Cidadania, de agricultores familiares, lideranças comunitárias e sindicais, prefeituras, câmaras municipais, entidades comprometidas e preocupadas com o desenvolvimento sustentável da região do Alto Rio Pardo. O processo de articulação, mobilização e implantação aconteceu através de reuniões, oficinas, seminários e intercâmbios com outras Escolas Famílias Agrícolas e por meio da Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIAT).

Dentro da nova dinâmica da gestão das políticas públicas surge à resolução nº 52 aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável que reforça a concepção de território adotada pelo MDA. Nesse sentido, Lauro Mattei (2010) diz que:

O Desenvolvimento territorial busca concentrar o foco das políticas no território, uma vez que nele se combinam a proximidade social – que favorece a cooperação e a solidariedade – com a diversidade de atores, melhorando a articulação dos serviços públicos e o acesso aos mercados. Assim, a gestão social nos territórios deve transformar os espaços públicos representados pelos órgãos colegiados em locais de debates, de orquestração e de promoção da participação e do protagonismo social. Para isso, a institucionalidade territorial deve contemplar as questões de

gênero, geração e etnia em sua composição, de tal forma que os princípios da diversidade e da pluralidade, constantes da resolução nº48, sejam respeitados. (2010, p.127)

É importante reconhecer os espaços de participação da sociedade tanto dos movimentos sociais quanto do poder público no direcionamento da democratização da gestão governamental. Para tanto, vale destacar que o processo decisório com a participação da sociedade foi incorporado no âmbito das políticas públicas a partir do movimento de redemocratização do país. Essa conquista surge a partir da constituição de 1988, as descentralizações das ações governamentais com transferências de responsabilidades entre os estados e municípios ganharam força na década de 90. Para o autor Lauro Mattei (2010) afirmou que:

A criação de novos ambientes institucionais deve ser entendida como processo de construção de uma nova política que seja capaz de romper e/ou eliminar as práticas institucionais tradicionais baseadas em métodos autoritários, paternalistas e excludentes. Isso remete, necessariamente, à questão do exercício do poder político da sociedade, implicando em novas formas de relacionamento entre agentes públicos e privados, bem como em um novo patamar de interação entre Estado e sociedade civil. (2010, p.40).

Esse autor chama a atenção para a real participação da sociedade civil nas políticas públicas. Qual é o real papel da sociedade? É de contribuir para o avanço das políticas? Ou será de consentimentos das decisões tomadas de cima para baixo? Esse é um ponto importante e que precisa ser discutido e aprofundado no meio acadêmico e nos movimentos sociais, tendo em vista que as decisões nas instâncias participativas nem sempre levam em conta as vontades e desejos dos beneficiários diretos nos processo decisório das políticas públicas.

Segundo Mattei (2010) à medida que as instituições tornam-se capazes de incluir os destinatários das políticas públicas no processo decisório, elas deveriam passar a atender suas necessidades de maneira mais eficaz.

Nesse sentido, torna-se importante ressaltar o papel das instituições que compõem cada Território, sua cultura, o envolvimento dos participantes nas esferas sociais, econômicas, culturais e políticas no sentido de conhecer quais situações específicas, determinadas regras e procedimentos contribuíram para alterar o equilíbrio de forças entre os participantes. Com relação à participação dos envolvidos no âmbito do território do Alto Rio Pardo faremos essa discussão no capítulo direcionado à análise da participação dos membros da comissão PRO-EFA no processo de implantação da Escola Família Agrícola Nova Esperança.

Conheceremos a seguir, o Território do Alto Rio Pardo no Norte de Minas.

1.1 - O Território do Alto Rio Pardo no Norte de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais possuem 853 municípios com características diversificadas. A região do norte de Minas é composta por 89 municípios. No âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial - PRONAT foram reconhecidos dois territórios sendo eles: Território da Serra Geral e o Território do Alto Rio Pardo. O Território do Alto Rio Pardo está localizado no norte de Minas Gerais e é composto pelos seguintes municípios: Taiobeiras, Rio Pardo de Minas, Curral de Dentro, Santa Cruz de Salinas, Novohorizonte, Fruta de Leite, Indaiabira, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Ninheira, Salinas, Berizal, Montezuma, Vargem Grande do Rio Pardo e Rubelita.

A população total do Território do Alto Rio Pardo é de 192.118 habitantes. Segundo dados do MDA (2012) uma parcela significativa, ou seja, 86.210 vivem na área rural, o que corresponde a 44,87% do total. Possui 16.097 agricultores familiares, 30 famílias assentadas e 1 comunidade quilombola. Seu IDH médio é 0,65.

Para compreender o Território do Alto Rio Pardo onde se localiza a Escola Família Agrícola, é importante destacar que nessa região vive-se um espaço de disputas entre as grandes mineradoras que irão se instalar na região norte de Minas, a sobrevivência das comunidades tradicionais que tiram seu sustento do extrativismo e a monocultura do eucalipto. Diante desse quadro, nota-se

que o crescimento da vulnerabilidade das populações locais do norte de Minas é proporcional à degradação ambiental, às manifestações e reivindicações do território.

As disputas na região do Alto Rio Pardo, principalmente do município de Rio Pardo de Minas onde se vive o maior conflito, são motivadas pelo avanço da monocultura do eucalipto. Esse avanço acontece por meio de incentivos fiscais do governo para a ocupação de área tida como chapadas ou terras devolutas. Essas terras passam a ser propriedades privadas das siderúrgicas e grupos de empresários que recebem do Estado o poder de implantar o agronegócio, afastando desses espaços as comunidades tradicionais que se encontravam nessa região.

Diante do conflito socioambiental da região, nascem formas de resistências e formas de enfrentamentos por parte dos trabalhadores rurais que residem nesse território. Vale ressaltar uma grande articulação do Movimento Articulado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Organizado do Alto Rio Pardo – MASTRO. Esse movimento nasceu na década de 2000 quando as comunidades tomam consciência dos estragos que a monocultura impõe em seus territórios desarticulando a criação do gado, o extrativismo e a agricultura. Prejudicando a fauna, a flora e o regime hídrico local.

Vários eventos realizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas e o Centro de Agricultura Alternativa do norte de Minas contribuíram com a discussão sobre as temáticas que envolviam as comunidades tradicionais que tinham sido prejudicadas pela invasão de terras e a implantação da monocultura do eucalipto por empresas tais como Italmagnésio, Gerdau, Replasa, Procel e outras.

Vale destacar o papel importante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas que é o articulador das comunidades tradicionais, aos órgãos não governamentais como o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e a Comissão Pastoral da Terra. O STR Rio Pardo de Minas nasceu 18 de março de 1984 e conta com 8.000 filiados, representa seus filiados diante dos conflitos existentes e é filiado a Conferência Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. Na mesma época cria-se o Movimento Articulado dos Sindicatos

dos Trabalhadores Rurais Organizado do Alto Rio Pardo. De Acordo com Isabel Brito:

É uma experiência interessante em associativismo rural, do ponto de vista organizativo. Apesar de todos os sindicatos pertencerem ao sistema Contag, o MASTRO foi criado como estrutura alternativa, para tratar de questões políticas, organizativas, estratégicas e pensar problemas regionais. Ele não tem estrutura física ou poder de deliberação. É um órgão consultivo das diretorias dos sindicatos, uma rede de apoio com capacidade de articulação e próxima a realidade dos municípios. (BRITO, 2013, p. 169-170)

A ideia de criação do MASTRO foi de fundamental importância para a organização das comunidades tradicionais, bem como a articulação entre os sindicatos, a CONTAG, a CPT, o CAA- NM que faz articulação com ASA, ANA, Rede Cerrado, Articulação Mineira de Agroecologia- AMA e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Alto Rio Pardo. Nesse sentido, pode-se avançar em questões essenciais para o âmbito regional, pois enquanto os sindicatos se envolviam com as questões da seguridade social, apoio aos agricultores ao direito a terra, no desenvolvimento sociopolítico e econômico da região. O MASTRO tem dado conta de avançar em questões mais abrangentes.

Percebe-se que a criação do MASTRO trouxe ganhos imensuráveis para a região do Alto Rio Pardo, tendo em vista a sua capacidade de articulação dos representantes dos movimentos sociais desse território. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais teve papel importante e podem ser considerados à mola propulsora para a implantação e discussão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto do Rio Pardo. Esse processo ocorreu com as atividades desenvolvidas pela homologação do Território em 2004. Conheceremos as principais ações e projetos desenvolvidos no território. No ano de 2005, aconteceu em 20 de junho, o Seminário Estadual da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Logo após o seminário no mês de Julho de 2005, aconteceu a reunião no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território em que foram socializadas as informações referentes ao seminário e criaram-se as comissões de Implantações das Ações do Território – CIAT. Em 2006, foi priorizado o eixo meio ambiente, implantou-se o projeto de “Projeto de Resgate e Preservação

dos Recursos Hídricos do Alto Rio Pardo”, no valor de R\$ 500.000,00 nos municípios de Taiobeiras – a Barragem de Mariante e em Salinas – Bacias de Captação de Água de Chuva.

No ano de 2007, foi priorizado o eixo Educação do Campo, iniciou-se a mobilização dos atores sociais para a implantação de uma Escola Família Agrícola no Alto Rio Pardo por meio da priorização na comissão de implantação das ações do território, a aprovação na Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, e a Criação da Comissão PRO-EFA. Essa comissão foi subdivida em subgrupos menores. Iniciaram as atividades da comissão responsável pela implantação da estrutura física que aconteceu em dezembro de 2007. Dando prosseguimento as atividades, reuniram-se com os prefeitos do território, e o Colegiado Territorial definiu que a prefeitura de Taiobeiras seria proponente do projeto de captação de recursos para construir, mobiliar e equipar a EFA. O projeto foi elaborado e aprovado por meio do PRONAT junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA no valor de R\$ 630.000,00 que posteriormente, foi construído um plano de ação prevendo articulação com os STRs e prefeituras do Território.

Assim sendo, assinaram em dezembro de 2007, o convênio entre a Prefeitura de Taiobeiras e Caixa Econômica Federal e ficaram aguardando a autorização para licitação da Caixa Econômica Federal. Para isso, a prefeitura de Taiobeiras fez contrato de comodato para ser instalada a EFA NE na antiga Fundação Santa Isabel localizada na Fazenda Santa Isabel (Fundação) Rodovia Taiobeiras – Salinas - KM 06, Minas Gerais. Esse foi o processo de construção do prédio da EFA NE.

No ano de 2008, priorizou-se o eixo ambiental, o Projeto de Construção de Bacias de Contenção, também denominadas Barraginhas. Para isso foram adquiridas duas patrulhas mecanizadas, com priorização nos municípios pertencentes ao Território, sendo votadas na comissão implantação das ações do Território sendo a proponente a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso. O órgão executor dessa ação foi o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Alto Rio Pardo. As duas pás-carregadeiras sobre rodas articuladas foi utilizadas nas construções de bacias de contenção de água de chuva, micro barramentos e estruturas que favoreçam o acúmulo de água,

reduzindo as enxurradas e possibilitando a utilização da água nos períodos de estiagem pelos Agricultores familiares e cascalhamento das estradas. Essas medidas propõem contribuir para a superação das problemáticas de carências hídricas no território para melhorar a qualidade de vida, aumentar a produção agropecuária e tem como público a agricultura familiar do Território Alto Rio Pardo. Por meio desse projeto foi possível a aquisição de equipamentos para apoio logístico às máquinas.

A gestão dos bens adquiridos seguiu as normas definidas pela CIAT (Comissão de Implantação das Ações Territoriais). Com relação à administração das máquinas seguiu estudo feito para todos os municípios do território Alto do Rio Pardo, sendo as mesmas administradas pelo o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado do Alto Rio Pardo - CIDARP, com uso de mecanismos legais. O regulamento de uso foi definido, tornados públicos entre os beneficiários, garantindo prioritariamente o uso para os Agricultores Familiares. O uso das máquinas seguiu os acordos registrados no regulamento. Após apresentar de uso elaborado em forma de convênio que eram assinados entre o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado do Alto Rio Pardo - CIDARP e as Prefeituras.

As barraginhas foram construídas e priorizadas pelos CMDRS e CODEMA de cada município e acompanhadas pelo o Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado do Alto Rio Pardo - CIDARP, que prestou constas ao Conselho Gestor de Território.

No ano de 2009, a comissão PRO-EFA, e o seu subgrupo responsável pela implantação dos documentos jurídicos e pedagógicos iniciaram o processo de elaboração dos dispositivos pedagógicos e jurídicos para a implantação da EFA NE que teve como atividade inicial a criação da Associação, a elaboração do Estatuto, o Regimento Interno, e Projeto Político Pedagógico. Esse processo aconteceu durante o ano de 2009 e foi concretizando durante o todo o ano de 2010. Vale ressaltar que esse projeto foi disputado e considerado como espaço de mobilização para a implantação da Escola Família Agrícola Nova Esperança. É importante mencionar o papel do poder público por meio das prefeituras, do governo estadual e federal junto à discussão no fortalecimento do tecido social para a implantação do Território Rural no Alto Rio Pardo. Nesse

sentido, esses atores sociais discorreram sobre o processo de implantação do Território, no que diz respeito aos projetos implantados, no processo de construção da estrutura física da EFA NE e na implantação do ordenamento jurídico e pedagógico responsável pelo funcionamento da EFA NE no ano de 2010.

Faremos um recorte nessa discussão para explicar sobre os princípios da Educação do Campo por entender que o desdobramento da EFA NE foi fruto de ampla discussão dos movimentos sociais no Brasil e também no Território do Alto Rio Pardo.

1.2 - A Educação do Campo

No intuito de analisar o processo de implantação da Escola Família Agrícola no Território Alto Rio Pardo localizada no município de Taiobeiras, Minas Gerais, faz-se necessário fazer um recorte na linha do tempo e iniciar a reflexão sobre a Educação do Campo, tendo em vista que o processo histórico da EFA Nova Esperança nasceu nas discussões no âmbito do Território do Alto Rio Pardo pelas lideranças sindicais e membros dos núcleos diretivos dos subgrupos no interior do Colegiado Territorial dos Planos de Desenvolvimento Territorial Rural que cada Território constrói. É uma discussão feita por sujeitos do campo e que se liga ao debate da Educação do Campo. Nesse sentido, a autora Roseli Caldart (2004) diz que a Educação do Campo nasce desse contexto:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistências de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, suas identidades.

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. É ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando

que não se trata de qualquer política pública: o debate é a forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. (2004, p.147)

A autora nos mostra a origem da Educação do Campo, os movimentos sociais. Ela nos mostra ainda, uma nova maneira de enxergar a educação, com visões amplas que envolvem tanto o modelo de desenvolvimento de país, ou seja, a disputa de projeto de campo e a concepção de educação. O processo histórico da Escola Família Agrícola Nova Esperança se constituiu também pelas reivindicações dos movimentos sociais pertencentes ao Território do Alto Rio Pardo. Vale destacar que as políticas educacionais brasileiras precisam contemplar as especificidades da população trabalhadora do campo, bem como seus sujeitos, suas comunidades, seu território e sua identidade.

Percebe-se que a reflexão sobre a Educação do Campo precisar ser discutida no âmbito acadêmico e nos espaços de sua provável implantação. Vale destacar a contribuição de um dos membros da comissão PRO-EFA na definição da Educação do Campo. Segundo Moisés Oliveira² (2014):

A educação do Campo, não é... está sendo um processo de disputa política e ideológica, em um primeiro momento, e seguramente, em um segundo momento, intensificará a disputas no âmbito dos processos educativos e das concepções político-pedagógicas.

Ao meu ver, a Educação do Campo deve superar tanto a visão depreciativa como a visão idealizada do campo e se aproximar mais da realidade de tensão e disputas por que passam as comunidades. Deve trazer a questão da reapropriação territorial, a luta pela posse e uso da terra como diferencial na construção da Educação do Campo, ou seja, os processos educativos e as práticas pedagógicas. Não pode perder de vista o modo de vida das comunidades e povos tradicionais do campo, seus saberes, suas lutas e seus fazeres, significa considerar a totalidade do processo educativo que se desenvolve no campo.

Essa reflexão aproxima a nova dinâmica do campo vivenciada pelas comunidades rurais do Território do Alto Rio Pardo. A Educação do Campo é um espaço social diferenciado, o lugar da reflexão do campo na sua diversidade, espaço de luta e de conflitos. É preciso pensar na discussão

² OLIVEIRA, Moisés Dias de. Entrevista realizada em 17/07/2014 membro da comissão PRO-EFA.

política dessa concepção. A história de vida das comunidades e povos tradicionais e a sua reapropriação da vida no campo. Não o campo idealizado pelo agronegócio impulsionado pelas políticas estatais, no direcionamento das grandes plantações da monocultura do eucalipto, mas o lugar que também acontece na agricultura familiar como o espaço de contribuição da segurança alimentar, e nas funções da agricultura que é: função ambiental, função econômica e função social. Destacando os processos formativos baseados na agroecologia.

A Educação do Campo ainda não é uma realidade nacional, temos iniciativas educativas que aproximam dessa proposta metodológica na região, mas ao considerarmos que em 89 municípios do norte de Minas temos somente duas Escolas Famílias Agrícolas: sendo uma situada no município de São Francisco e a outra localizada no Território do Alto do Rio Pardo no município de Taiobeiras ainda temos muito que avançar.

Após situar a educação do campo com suas possibilidades e desafios que é a sua implantação no país, faremos um recorte para o norte de Minas. Faz-se necessário discutir e analisar a materialização ou aproximação da Educação do Campo por meio da EFA Nova Esperança dentro do Território da Cidadania do Alto Rio Pardo. Posterior à definição da Comissão PRO-EFA pela criação de uma EFA na linha temática da Educação do Campo, desencadeouse no processo de articulação política da Escola Família Agrícola que culminou na criação, em outubro de 2010, da Associação Escola Família Agrícola do Alto Rio Pardo – que é a entidade mantenedora da EFA Nova Esperança. Após autorização de funcionamento emitido pelo Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais efetivou-se a criação da Escola Família Agrícola Nova Esperança, em fevereiro de 2012.

Sabe-se que os princípios da Educação do Campo são: formação integral, o desenvolvimento local, a alternância e associação local. A definição da Educação do Campo dentro do Território do Alto Rio Pardo bem como, a implantação da EFA Nova Esperança nessa região, perpassou concomitantemente a criação do Território do Alto Rio Pardo.

No intuito de conhecer um pouco sobre a Educação do Campo e suas possíveis contribuições para a região recorreremos à autora Sônia Meire (apud MOLINA, 2004) é:

A Educação do Campo é um dos meios identificados por ela (Sônia Meire) como fundamentais na reconstrução desse presente e na projeção de um futuro, porque é uma educação que se constrói no próprio campo que foi perversamente desqualificado, para pensar de forma crítica e propositiva a vida, se constituindo como uma verdadeira prática de reinvenção social. Por esse razão, o Projeto Político da Educação do Campo assumido pelos movimentos sociais precisa de novas relações entre os sujeitos da educação e seus conhecimentos e saberes e, de novos pactos entre Estado, escola e sociedade (2004, p.8).

Essa concepção de educação está mais próxima dos movimentos sociais da região do Alto Rio Pardo. É importante mencionar que as articulações políticas das organizações dos movimentos sociais que compõem o território do Alto Rio Pardo foram fundamental no momento da definição pela implantação da Escola Família Agrícola Nova Esperança e pela reflexão pedagógica das experiências de resistências camponesa em defesa da qualidade de educação ofertada na educação no meio rural.

Ao pensar a Educação do Campo e a implantação da EFA Nova Esperança acredita-se em novos espaços educativos de assistência técnica e na formação de novas lideranças. Vale ressaltar que precisamos contemplar os conflitos sociais, as lutas pela reapropriação da terra, bem como o seu uso pelos povos e comunidades tradicionais. Os processos educativos devem considerar que os sujeitos oriundos do meio rural possuem forma de organização do tempo diferente do espaço urbano. Nesse sentido, o cotidiano dos filhos dos agricultores do Alto Rio Pardo deve ser contemplado em tempo escola e tempo comunidade no intuito de dinamizar, de desenvolver a contextualização e as atividades produtivas das famílias que vivem no campo. Assim sendo, utiliza-se da pedagogia da alternância como marco central das EFAs. Esse é dos pilares da Educação do Campo, a pedagogia da alternância. Na visão de Paolo Nosella (2013):

A fórmula básica da Pedagogia da Alternância é um tempo na escola, um tempo na família ou em atividades didaticamente apropriadas, fora da escola e da família. Esses diferentes tempos formam um único e orgânico currículo. Trata-se de uma fórmula pedagógica que expressa um compromisso educativo político bem preciso: rejeitar a discriminação do homem, da cultura do campo e envolver no processo educativo os principais sujeitos educadores, isto é, a família, a escola e o território (2013, p. 101).

Essa pedagogia reflete a interação e relação entre os sujeitos que constituem o processo de ensino-aprendizagem dos jovens aprendizes. Por meio dessa pedagogia vai se formando uma rede de interação entre a família, a escola e o território, ou seja, é uma aproximação do educando a sua realidade e a possibilidade de intervenção nessa realidade. Por meio da elaboração de cada projeto profissional planejado por cada educando, o aluno tem a oportunidade de pensar os problemas existentes nas suas comunidades e buscar soluções conjuntas no âmbito das EFA e nas suas atividades diárias. Essa concepção vai ao encontro da proposta da Escola Família Agrícola Nova Esperança no sentido de que é preciso formar novas lideranças no campo comprometidas com os valores fundamentais do humanismo, auxiliando os educandos na identificação de suas individualidades intelectuais, morais e sociais por meio de uma orgânica e refletida articulação entre escola, família e território.

A seguir discutiremos sobre o processo de implantação da EFA NE.

1.3 - O processo de construção da Escola Família Agrícola Nova Esperança

Para compreender o processo de implantação da EFA NE faz-se necessário explicar que ele aconteceu em três momentos. Durante o processo de implantação do Território do Alto Rio Pardo no ano de 2005, no momento da construção do prédio físico da EFA em 2007 e no momento do funcionamento e de criação dos instrumentos jurídicos e pedagógicos que se inicia em 2009, mas que se concretizou ao longo de 2010 com a criação da associação

AEFARP, a elaboração do Estatuto, a criação do Regimento Interno e a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Para que se iniciam as atividades pedagógicas, no ano de 2012, aconteceu um processo paralelo de mobilização dos atores sociais, desde pais, estudantes e sindicatos. Assim sendo, o funcionamento da Escola Família Agrícola Nova Esperança aconteceu quando o Plano de Desenvolvimento Territorial Rural desembolsou um recurso, no período de agosto de 2009 a setembro de 2010, para o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Taiobeiras no intuito de acontecer à mobilização dos atores sociais nos municípios pertencentes ao Território. Realizaram-se uma pesquisa sócioeducativa nas comunidades. Esse processo foi acompanhado pela Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícola - AMEFA e com a participação dos STRs durante o processo de realização da pesquisa. Desse processo foram mobilizados 76 estudantes, o período letivo da EFA NE iniciou suas atividades em 16 de abril de 2012. Várias reuniões foram realizadas, no período de 2009 a 2012, com membros do colegiado, da comissão PRO-EFA e núcleos diretivos para a efetivação e implantação da EFA NE. Vale destacar que durante o processo de implantação, a comissão PRO-EFA foi subdivida em diversos subgrupos para atuarem em momentos diferenciados. Uns participaram ativamente no momento da construção, outros no momento da elaboração dos instrumentos jurídicos e pedagógicos.

No ano de 2010 foi constituída a Associação Escola Família Agrícola do Alto Rio Pardo- AEFARP, responsável por gerir e manter a EFA NE. O processo de implantação da EFA-NE concretizou-se por meio das atividades da comissão PRO-EFA. Esta realizou uma série de atividades, entre elas: um Seminário Territorial, a elaboração do Estatuto e o Regimento Interno da Associação Escola Família Agrícola e, por fim, o Projeto Político Pedagógico da EFA Nova Esperança com a assessoria da AMEFA.

As atividades contaram com o processo de mobilização das comunidades para que elas envolvessem no processo de funcionamento da EFA NE.

A Escola Família Agrícola Nova Esperança iniciou suas atividades letivas no dia 16 de abril de 2012 com 76 estudantes, sendo 52 do sexo

masculino e 24 do sexo feminino, filhos de agricultores familiares dos municípios de Rio Pardo de Minas, Curral de Dentro, Berizal, Indaiabira, Santa Cruz de Salinas e São João do Paraíso. Os estudantes eram oriundos de várias comunidades rurais tais como: Fazenda Caiçara, Vereda Funda, Olhos d'água, Tatu, Pindaíba, Santa Bárbara, Cachoeira, Vista Alegre, Barra da Areia e Porcos dentre outras. Na sua grande maioria, os estudantes tinham o ensino fundamental e alguns já haviam cursado o ensino médio em outra modalidade, mas que queriam retornar aos estudos para cursar o ensino profissionalizante em técnico em agropecuária. Vale destacar que a EFA NE oferece a formação profissional técnica em nível médio integrado – Habilitação em Agropecuária. As Escolas Famílias Agrícolas tem a prática inicial para os estudantes novatos de participarem da semana de adaptação, para isso os estudantes passam por uma semana de adaptação na escola com o objetivo de conhecer os princípios da alternância e a metodologia utilizada. Assim sendo, o funcionamento das EFAs por meio da pedagogia da alternância, acontecem de forma alternada sendo 15 dias em casa e 15 dias na escola. A pedagogia da Alternância é dividida em Tempo Comunidade, durante o tempo comunidade os estudantes desenvolvem algum tipo de atividade nas comunidades, participando de reuniões, seminários. Eles são responsáveis por fazer repasse dos conhecimentos aprendidos na EFA para os membros da comunidade, dos sindicatos e das associações. Os conteúdos são ministrados de forma contextualizada, no início do ano os pais sentam em assembleia e definem os temas geradores a serem trabalhados. As disciplinas do ensino médio são trabalhadas concomitantemente com as disciplinas do curso técnico de agroindústria, agricultura, empreendedorismo, zootecnia e agroecologia. De quinze em quinze dias, nas segundas-feiras de cada sessão a EFA recebem os estudantes definidos por municípios e são realizadas reuniões para socializar a pesquisa que cada estudante realizam no período que estão em casa e acontecem de forma participativa e dialogada o planejamento das aulas. Os instrumentos pedagógicos da EFA NE são construídos de forma participativa e a dinâmica. Vale destacar que o plano de estudo tem por objetivo buscar elementos da realidade de cada estudante, ou seja, elaboram o diagnóstico para ser socializado no grupo e se materializar na prática

educativa. O processo de mobilização inicial dos estudantes foi realizado em parceria com os STRs.

A Escola Família Agrícola Nova Esperança foi aprovada por meio da portaria SEE/MG nº829/2012 e do parecer do CEE/MG nº453/2012 – Ensino Médio Integrado ao curso técnico de Agropecuária em Regime de Alternância. Está situada na rodovia MG 404, km 7, na comunidade de Matrona, município de Taiobeiras Minas Gerais.

Capítulo 2 - A participação da comissão PRO-EFA na implantação da Escola Família Agrícola Nova Esperança

Ao priorizar a participação da comissão PRO-EFA como estudo dessa pesquisa, considera-se importante refletir sobre a democracia e a participação como forma de ampliação dos espaços democráticos da sociedade civil e poder público no âmbito da aplicação das políticas sociais.

Considera-se importante refletir sobre a democracia na visão da autora Marilena Chauí (2005) que a define a partir de duas concepções: na concepção liberal que centra as ações no indivíduo como portador de cidadania civil e política, e no mercado e na concepção de esquerda que centra-se suas ações nas formas de organização associativa das classes e grupos sociais.

Assim sendo, a autora Marilena Chauí (2005) nos ajuda a refletir sobre a democracia a partir da perspectiva de esquerda ultrapassando a idéia de

regime político identificado à forma de governo, tomando-a como forma geral de uma sociedade. Nesse sentido, ela diz que:

Única forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares contra à cristalização jurídica-política, que favorece a classe dominante. Em outras palavras, a marca da democracia moderna, permitindo sua passagem de democracia liberal à democracia social, encontra-se no fato de que somente as classes populares e os excluídos concebem a exigência de reivindicar direitos e criar novos direitos. Isso significa, portanto, que a cidadania se constitui pela e na criação de espaços sociais de lutas (os movimento sociais, os movimentos populares, os movimentos sindicais) e pela instituição de formas políticas de expressão permanente (partidos políticos, Estado de direito, políticas econômicas e sociais) que criem, reconheçam e garantam direitos. (2005, p.25)

A autora nos alerta que somente por meio das lutas e resistências dos movimentos sociais e populares é que teremos a ampliação dos espaços sociais de participação. É preciso não só criar os espaços democráticos, mas nos capacitar para que tenhamos propostas concretas de reivindicar os direitos sociais, civis, políticos e quiçá os econômicos.

Nesse sentido, ao refletir sobre o processo de implantação da EFA NE e o Plano de Desenvolvimento Sustentável Territorial Rural procurou basear nos objetivos do PRONAT. Dentre eles vale destacar:

Propiciar espaços para a participação dos atores sociais (poder público e sociedade) na formulação, implementação e gestão social de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, bem como qualificar essa participação por intermédio de processos de formação e capacitação contínuos dos atores sociais. (2003-2010, p.43)

Ao procurar estabelecer relação entre os membros da comissão PROEFA, sua participação em movimentos sociais e ratificar a base formativa dos membros buscaram estabelecer a importância e papel das instituições no processo de formação dos atores sociais que atuam na região do Alto Rio Pardo. Sem o fortalecimento das entidades, dos movimentos, das formas de representação junto às comunidades, dos bairros, os membros não teriam a capacidade de mobilização e não sentiam empoderados nos espaços de

disputas. Vale mencionar a existência de jogo de forças, no âmbito do campo político e democrático de participação, e que se não forem ocupados pelos movimentos sociais e populares serão ocupados por setores conservadores.

Devem-se reconhecer as fragilidades que os movimentos sociais, e populares apresentam frente às gerências administrativas e contábeis no âmbito dos STRs, e ONGs, mas que somente no campo de articulação em rede será permitido um processo de elaboração social, um conjunto de formulações que permitam não a construção de identidade em que todos são iguais, mas um conjunto de ações comuns no mundo em que é muito diverso.

A atuação dos movimentos sociais na formulação, implementação e gestão social de políticas públicas, principalmente as políticas sociais podem ser considerados espaços democráticos de atuação da sociedade civil e poder público.

Mas deve-se considerar que é preciso ter presença firme, contínua e atuante sobre as representações coletivas que defendam essas mudanças sociais na sociedade e na região do Alto Rio Pardo, nas disputas estratégicas das ações do governo. O autor Pedro Demo (2009) nos alerta para atuação da proposta de participação:

Muitas propostas participativas acabem sendo expediente para camuflar novas e sutis repressões. Particularmente iniciativas do governo, mas também da universidade, prestam-se tendencialmente a isto. Não é, assim, que o governo, seja, por definição, incapaz de promover a participação. Mas terá tanto mais condições para tal, quanto mais tomar a sério sua tendência controladora. Na verdade, a ideologia mais barata do poder é encobrir-se com a capa de participação. Se realistas formos, partimos daí e não perderemos um minuto sequer em justificativas vãs, que são nada mais que autodefesas. Quem acredita em participação, estabelece uma disputa com o poder. Trata-se de reduzir a repressão e não de montar quimera de um mundo naturalmente participativo. Assim, para realizar participação, é preciso encarar o poder de frente, partir dele, e, então abrir os espaços de participação, numa construção arduamente levantada, centímetro por centímetro, para que também não se recuse nenhum centímetro. (2009, p.20)

A contribuição desse autor nos faz refletir que a participação não deve ocorrer somente no momento em que somos chamados, mas precisamos encarar a participação como conquista, e uma forma de intervir na realidade,

mesmo sabendo que cada membro deve estar disposto a realizar a autocrítica diante dos fatos, mas ainda sim propor o diálogo aberto que possam ser atendidas as vocalizações políticas das demandas dos movimentos sociais na condução das políticas públicas sociais.

Enfim por considerar importante a educação comunitária como campo político, popular e democrático é que surgiu a ideia de pesquisar a Escola família Agrícola Nova Esperança e realizar o estudo sobre a participação da comissão PRO-EFA. Acredita-se que sem o empenho e consciência política dos membros da comissão, a EFA NE não teria sido implantada. Considera-se relevante não só conhecer o processo de implantação, mas buscar subsídio para fomentar as discussões quanto a sua manutenção, espaço de formação e capacitação de novas lideranças, e de assistência técnica que tanto a região necessita para conviver com o semiárido, mas acima de tudo, como espaço para produzir uma análise crítica da nossa realidade, gerar propostas de novas políticas e tentar influir nas mudanças que é preciso que aconteçam. Para compreender a dinâmica da metodologia utilizada para a análise do estudo sobre a EFA NE e o estudo sobre a participação da comissão PRO-EFA será dividido em categorias.

As entrevistas foram divididas em três categorias: A primeira categoria está voltada para conhecer a representação municipal em nível de participação dos membros da comissão PRO-EFA, a representação da sociedade civil e do poder público, a participação quanto ao gênero, o nível de escolaridade dos membros, a faixa etária dos membros da comissão PRO-EFA, e o conhecimento sobre EFA. Na segunda categoria refletiu-se sobre a participação da comissão PRO-EFA na constituição da EFA, bem como a participação no Seminário Territorial, na Elaboração do Estatuto, do Regimento Interno e na Elaboração do Projeto Político Pedagógico. E a terceira categoria procurou analisar sobre a participação dos representantes em movimentos sociais anterior a sua inclusão na comissão PRO-EFA e quais foram à base formativa dos membros da comissão PRO-EFA.

Optou-se pela pesquisa com foco na participação da comissão PROEFA no processo de mobilização, construção do prédio, constituição da EFA NE, bem como a influência das instituições e os princípios formativos dos representantes

dessa comissão, por entender que sem o esforço dessas pessoas e instituições não teriam desencadeado o processo de implantação da EFA NE.

Utilizar-se-á da pesquisa qualitativa para compreender o processo de implantação e funcionamento da EFA NE. Segundo Minayo (1994) “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. É muito utilizada como pressuposto para fazer ligação entre teoria e prática.

Na visão de Michel Marie Le Vem (2008) a metodologia qualitativa propicia.

A metodologia é qualitativa porque envolve sujeitos (indivíduos em sua qualidade de sujeito) que têm um nome, uma história, uma trajetória de vida e que se colocam a questão da qualidade de sua vida e da vida coletiva. (2008, p.37)

A importância da opção pela metodologia qualitativa é conhecer o lugar dos sujeitos, bem como analisar as influências das instituições e os princípios formativos de cada representante da comissão PRO-EFA traz durante o processo de implantação da EFA NE.

O processo de coleta de dados aconteceu por meio de entrevista semiestrutura. As entrevistas semi-estruturadas permitem elaborar e combinar perguntas fechadas e abertas onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas definidas anteriormente, pelo pesquisador.

A escolha pelo estudo da participação da comissão PRO-EFA se deu em virtude da importância que os movimentos sociais constituindo uma rede significativas de mobilização propiciam e articulam os atores sociais da região do Alto Rio Pardo na promoção dos benefícios coletivos. E por entender que os princípios formativos dos representantes da comissão PRO-EFA trazem nas suas trajetórias pessoais, sociais e políticas são condizentes com os princípios da Educação do Campo no que diz respeito à formação integral do ser humano, em pensar no desenvolvimento local sustentável. Considera-se que esse deve ser os pilares que a EFA NE terá para se sustentar para as gerações futuras da região do Alto Rio Pardo. A comissão PRO-EFA foi formada pelos membros

do colegiado territorial e núcleos diretivos. Na sua maioria são representantes do STRs dos municípios de Rio Pardo de Minas, Curral de Dentro, Indaiabira, São João do Paraíso, Taiobeiras e Salinas. Foram integrantes da comissão também representantes do Movimento de Defesa de Meio Ambiente, Grupo de Mulheres e EMATER.

As entrevistas foram realizadas nos municípios dos representantes da comissão, no período de 16 a 21 de julho de 2014. A primeira categoria está voltada para conhecer a representação municipal e nível de participação dos membros da comissão PRO-EFA, a representação da sociedade civil e do poder público, a participação quanto ao gênero, o nível de escolaridade dos membros, a faixa etária dos membros da comissão PRO-EFA, e o conhecimento sobre EFA.

Representação Municipal e no Nível de participação dos membros da Comissão PRO-EFA.

A comissão PRO-EFA contava com a participação de 10 membros titulares. Participaram das entrevistadas 08 membros nomeados pela comissão PRO-EFA elencados na lista do MDA. Não foram encontrados os representantes dos STRs de Berizal e Vargem Grande do Rio Pardo. Em virtude desse fato, O articulador territorial nos indicou mais 02 representantes que participaram do processo de implantação da EFA NE e que pertence a diretoria da AEFARP, entidade mantedora da EFA. Esses representantes dessa comissão residem nos municípios abaixo relacionados: sendo 04 membros de Rio Pardo de Minas, 01 Taiobeiras, 01 São João do Paraíso, 01 Indaiabira, 01 Curral de Dentro e 02 Salinas. Conforme gráfico 01 abaixo:

Gráfico 1 Representação Municipal e no Nível de participação dos membros da Comissão PRO-EFA.

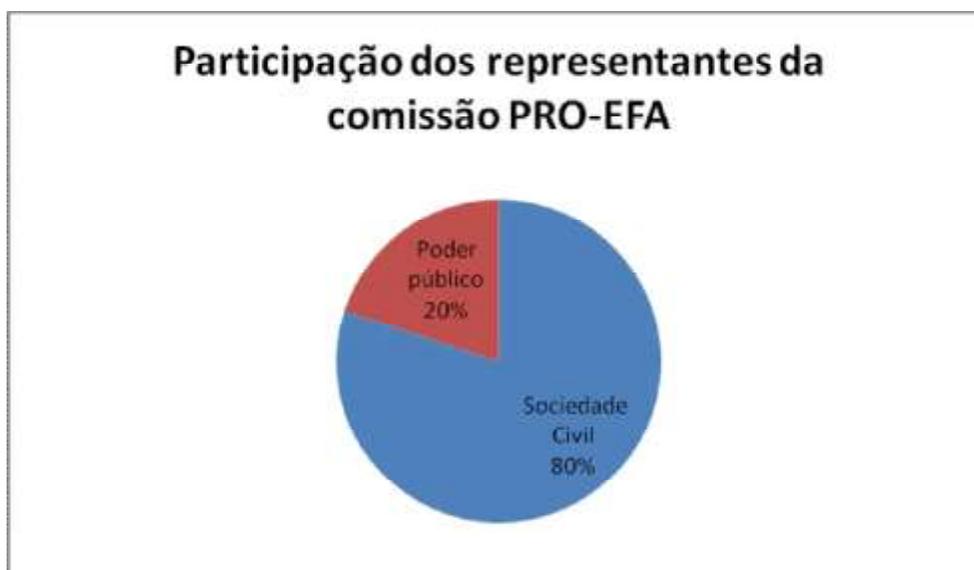


Essa comissão teve uma boa participação dos representantes dos municípios, isso mostra a preocupação com relação à representatividade dos membros, divididos em seus espaços geográficos. É importante mencionar que a interação e gestão compartilhada dos municípios nessa região favoreceram ainda mais as iniciativas coletivas e propiciaram o fortalecimento do tecido social do Território do Alto Rio Pardo.

Representação da sociedade civil e do poder público

Vale ressaltar que dos membros que representam a Comissão PROEFA obtivemos a porcentagem de 80% das Organizações da sociedade civil, sendo: 01 representante do movimento de defesa do meio ambiente, 01 representante do grupo de mulheres, e 02 representantes dos Sindicatos de Rio Pardo de Minas e 04 representantes dos Sindicatos: Salinas, Indaiabira, São João do Paraíso e Curral de Dentro; e 20% representam o poder público (sendo um representante da EMATER e um representante da prefeitura, como membro coordenador do território). Conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Representação da sociedade civil e do poder público



Participação quanto ao gênero

Ao fazer análise dos entrevistados da comissão PRO-EFA com relação à quantidade de homens e mulheres podem ser categorizados em:

Gráfico 3 - Representação da sociedade civil e do poder público



Conforme gráfico, apresentado os membros entrevistados foram majoritariamente compostas por homens e um percentual menor de mulheres.

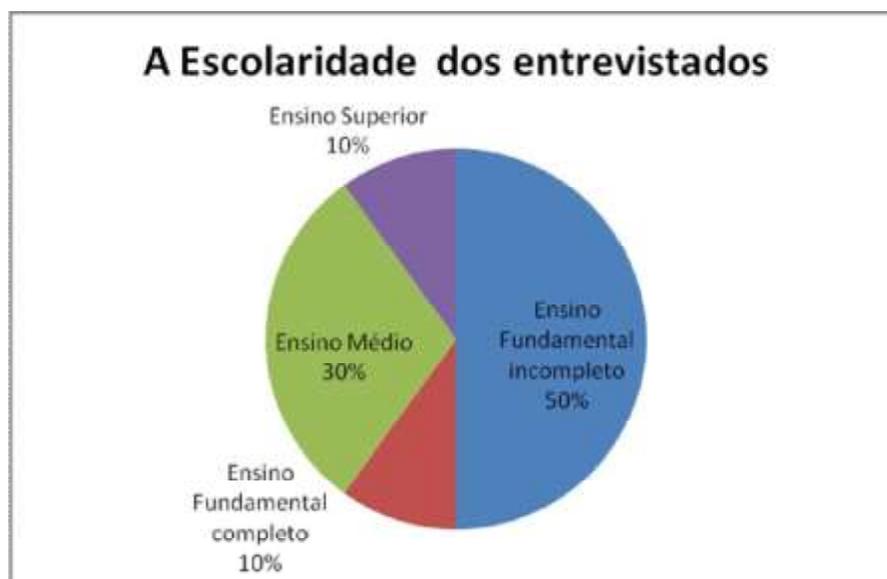
Ao fazer um recorte para a representação das mulheres, elas foram distribuídas em: sindicatos duas (02) conselheiras, uma (01) conselheira do grupo de mulheres e uma (01) conselheira do movimento de defesa do meio ambiente. Vale ressaltar que com relação aos 06 dirigentes dos sindicatos

entrevistados, apenas o município de Curral de Dentro tem como presidente uma mulher, isso mostrou que os cargos de presidente são ocupados predominantemente por homens. As participações das mulheres nessa região são mais atuantes: em Associações, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Criança, Centro de Agricultura Alternativa, Grupos de orações, nos Sindicatos e Associações de Pais e Mestres e em sindicatos. Apesar do envolvimento feminino na direção dos movimentos sociais percebe-se pequena mudança de valores com relação à ocupação de cargo mais alto, antes ocupados por homem.

2.1 - O Nível de escolaridade dos representantes

Com relação à escolaridade dos membros da Comissão PRO-EFA obtivemos as seguintes respostas.

Gráfico 4 - O Nível de escolaridade dos representantes



Percebe-se que 50% dos representantes da comissão possuem o ensino fundamental incompleto, uma baixa concentração de 10% no ensino fundamental completo e de 10% no ensino superior, e a porcentagem de 30% de representantes com o ensino médio. Vale ressaltar que os membros da comissão enquanto dirigentes dos STRs Rurais foram os que mais

apresentaram baixa escolaridade. Esses dados representaram a falta de oferta de educação no campo e fechamento efetivo das escolas rurais. As pessoas que resistem e habitam o campo tiveram ou tem pouca oportunidade de estudo.

Acredita-se que os movimentos sociais buscaram a educação informal e os princípios formativos diferenciados para a contribuição de sua formação social, cultural, cidadã e política, isso pode ser reafirmado pelos membros da comissão PRO-EFA. As experiências em torno dos processos organizativos com relação às discussões nos problemas que envolvem moradia, o acesso a terra, saúde e educação demonstram a importância das vivências coletivas. Portanto, as vivências, os saberes camponeses e os conhecimentos dos movimentos sociais da região do Alto Rio Pardo devem ser valorizados, pois, esses conhecimentos foram adquiridos ao longo da vida e na participação social de cada movimento que fazem parte da história dessa região.

A seguir, o gráfico com a faixa etária dos membros entrevistados da comissão PRO-EFA.

Gráfico 5 - Faixa etária dos membros da comissão PRO-EFA



Percebe-se que houve concentração nas faixas etárias de 40 a 50 anos e também na faixa de 60 a 70 anos por parte dos representantes da comissão PRO-EFA. Esse fato contribuiu na reflexão tendo em vista que esses membros da comissão viveram os princípios formativos no período da ditadura militar, e durante as entrevistas relataram as experiências e vivências do coletivo em diversos movimentos sociais que tinham como foco a perspectiva de mudança de sociedade e de país.

Ao ser perguntado sobre qual a contribuição da comissão PRO-EFA para a implantação da Escola Família Agrícola. Os entrevistados deram as seguintes respostas:

A comissão PRO-EFA foi responsável pela mobilização e divulgação da proposta com o objetivo da implantação da EFA como uma escola diferenciada para o filho do homem do campo pensando na sustentabilidade da agricultura (Entrevistado 1 – STR de Indaiabira).

Reunir, discutir e votar no colegiado até a implantação (Entrevistado 2 – STR de Salinas).

Reunião de mobilização na busca de parceria para implantação da EFA (Entrevistado 3 – Grupo de Mulheres de Rio Pardo de Minas).

A reunião de formação na futura associação com o apoio da AMEFA, direcionando os encaminhamentos para a implantação da EFA (Entrevistado 4 – STR de Rio Pardo de Minas).

Desde a concepção foram discutidos vários assuntos até a implantação da EFA (Entrevistado 5 – Movimento de Defesa de Meio Ambiente de Rio Pardo de Minas).

Porque através do trabalho exercido por cada um dos membros nesta comissão podemos ver uma EFA no Alto Rio Pardo (Entrevistado 6 – STR de Curral de Dentro).

O processo político da EFA aconteceu muito antes da comissão PRO-EFA essa é uma temática que fazia parte das discussões dos movimentos sociais principalmente dos sindicatos do Alto Rio Pardo. Os agricultores familiares estavam insatisfeitos com o fechamento das escolas rurais e com a qualidade da educação oferecida no meio rural. Os sindicatos do Rio Pardo de Minas e Salinas assumiram a responsabilidade em levar a frente à discussão política de implantação da Escola Família Agrícola no âmbito do poder público. Assim sendo, as discussões políticas no colegiado, e nos núcleos diretivos dos representantes dos sindicatos com os prefeitos (poder público) EMATER, teve o papel fundamental de promover a mobilização e articulação por meio da política pública dos territórios, a função pragmática do poder público frente à Educação do Campo na região do Alto do Rio Pardo. Os movimentos sociais tinham a missão de construir dentro do Plano Desenvolvimento Territorial a priorização pela Educação do Campo uma educação diferenciada, o acesso a terra e pensar o Território. Estudo a partir das EFAs tem demonstrado que há uma boa aceitação por parte dos agricultores da pedagogia da alternância. A Escola Família Agrícola é uma porta de entrada que o território do Alto Rio Pardo criou para oferecer uma educação diferenciada, é um ponto de partida e não ponto de parada (Entrevistado 7 – STR de Rio Pardo de Minas).

Precisava de parcerias, discutir e buscar parcerias, movimentos sociais, prefeituras, as pessoas da escola contribuíram para a efetivação da EFA (Entrevistado 8 – STR de São João do Paraíso).

Reuniram, colocava em discussão, mobilização dos municípios. A comissão PRO-EFA era os mentores de articulação e mobilizadores da nova modalidade de ensino. Foi identificando as pessoas de cada região e iam trazendo os problemas, as dificuldades e as experiências a serem trabalhadas com relação à escola do campo. Foi uma discussão dos movimentos sociais diante da perda dos jovens para a cidade e que depois de estudarem na cidade não voltava para o campo e não mais identificavam com as suas funções enquanto trabalhadores rurais. Estavam perdendo a identidade com o campo e com suas culturas e origens de agricultores familiares (Entrevistado 9 – Poder Público Municipal de Taiobérias).

Foi ela que correu atrás, buscou informações, fez intercâmbio, mobilizou as lideranças comunitárias e deu andamento no processo de implantação da EFA (Entrevistado 10 – EMATER de Salinas).

2.2 - Conhecimento quanto a EFA

Um dos pontos a serem destacados no âmbito da entrevista diz respeito ao conhecimento dos membros da comissão PRO-EFA com relação à Escola Família Agrícola. Obtivemos que 70% dos entrevistados não conheciam EFA e somente 30% conheciam.

Gráfico 6 - Conhecimento da EFA



Percebe-se que os membros da comissão PRO-EFA não conheciam o funcionamento e os instrumentos pedagógicos das Escolas Famílias Agrícolas. Durante o processo de mobilização dos atores sociais, um pequeno grupo da comissão PRO-EFA fizeram intercâmbio com as EFAs de Jacaré (Itinga) e Bomtempo (Itaobim). Essas atitudes promoveram influências na decisão da

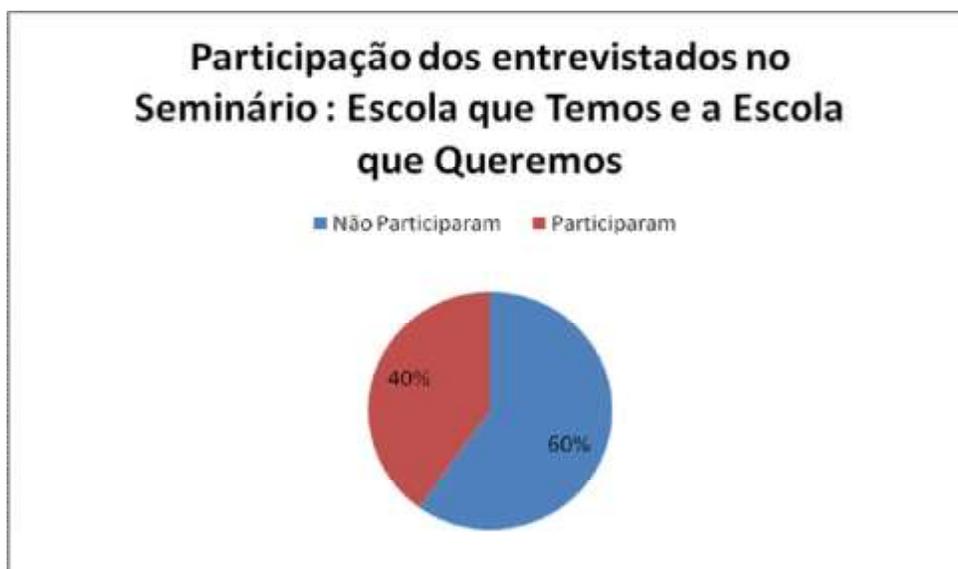
implantação da EFA por ser tratar de iniciativas que promoveram oportunidades de oferecerem uma educação que atendessem as expectativas dos agricultores e trabalhadores rurais. Apesar de não conhecer, eles não estavam satisfeitos com a educação oferecida no campo. Esse talvez seja o objetivo principal dos membros da comissão PRO-EFA diante da criação de uma escola diferenciada.

A seguir, os dados foram discutidos sobre a participação da comissão PRO-EFA na constituição da EFA NE. Os dados foram elencados em categorias sobre a participação no Seminário Territorial, na Elaboração do Estatuto, do Regimento Interno e a Elaboração do Projeto Político Pedagógico da EFA Nova Esperança.

A mobilização dos atores sociais para o processo de implantação da EFA NE iniciou-se com a contratação de um representante da AMEFA para realizar uma pesquisa sócio educativa nas comunidades rurais no período de agosto de 2009 a setembro de 2010 visando levantar dados com relação ao número de famílias, a quantidade de estudante para planejar a quantidade de turmas e a opção pelo curso a ser oferecido. Esta pesquisa foi realizada em articulação dos STRs. Essa mobilização aconteceu em cada município pertencente ao Território da Cidadania do Alto Rio Pardo.

Os resultados da pesquisa sócio educativa foram apresentados no Seminário Territorial realizada pela Comissão PRO-EFA e demais parceiros.

Esse evento foi teve como tema: “A Escola que temos e a Escola que Queremos”.

Gráfico 7 – Participação no seminário territorial

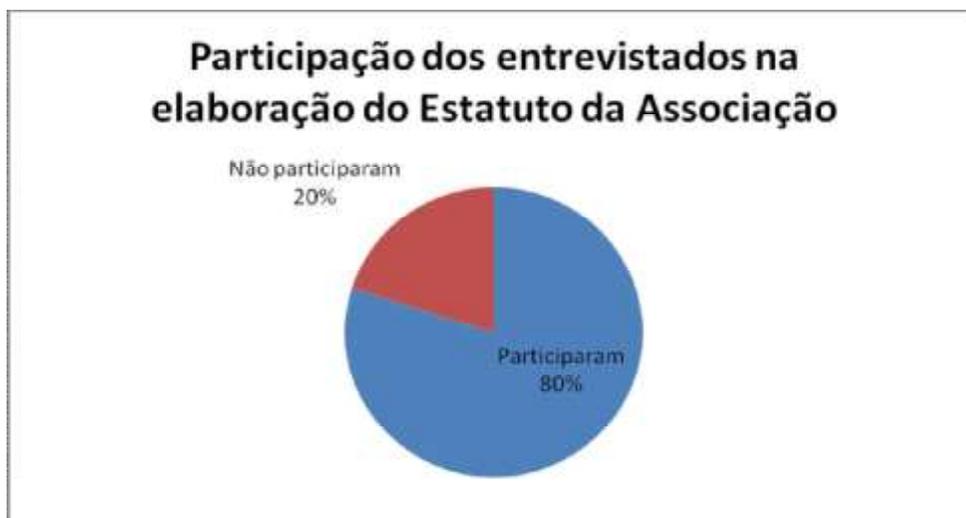
Com relação ao Seminário não houve uma participação expressiva dos membros. Para tanto, realizaram o Seminário Territorial organizado pelos membros do colegiado territorial, membros dos núcleos diretivos que são subdivisão dos municípios em número menor (por exemplo: núcleo diretivo formado por Novohorizonte, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Rubelita) do Território do Alto Rio Pardo e a AMEFA. Esse evento aconteceu na cidade de Taiobeiras - Minas Gerais, na Escola Estadual Osvaldo Lucas Mendes. Contou com a participação do Assessor Territorial, o coordenador, a Articuladora Territorial- SDT, representante da AMEFA e os presidentes dos STRs dos municípios de Taiobeiras, Rio Pardo de Minas, Indaiabira, Vargem Grande do Rio Pardo, Novohorizonte, Fruta de Leite, Rubelita, Cural de Dentro, Berizal, Montezuma e São João do Paraíso.

De acordo com a ata, esse evento teve a palestra do membro da comissão PRO-EFA e representante do STR de Rio Pardo de Minas o senhor Moisés. Ele tem formação em Pedagogia da Terra pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Antes de iniciar a palestra ele esclareceu que nos municípios que hoje pertencem ao Território do Alto Rio Pardo havia um projeto anterior de EFA, mas que não foi concretizado, devido a dificuldade de entendimento por parte da superintendência de ensino, e falta de recursos financeiros para a construção e manutenção da escola, porém ressaltou que agora haveria a oportunidade de concretização da EFA, em virtude da

mobilização dos membros da comissão PRO-EFA, por pertencer a superintendência de ensino que possuem o maior número de EFA da região do vale do Jequitinhonha, por contar com recursos do PRONAT e por ter proporcionado uma ampla discussão com os atores sociais que compõem o Território do Alto Rio Pardo e sem conta o apoio da AMEFA durante o

processo de mobilização e constituição dos instrumentos legais, pedagógicos e jurídicos durante a constituição da EFA. Para ele "a EFA é uma associação de famílias, pessoas e instituições que se unem para promover o desenvolvimento sustentável e solidário do campo, através da formação dos adolescentes, jovens e suas famílias". Nesse evento foram apresentados os resultados da pesquisa, contou com apresentações dos trabalhos realizados para a implantação da EFA e depoimentos de membros de outras EFAs (alunos, exalunos, monitores e pais).

Gráfico 8 – Participação durante a elaboração do Estatuto



Pela importância do documento, a elaboração do Estatuto da Associação teve uma participação ativa dos membros. Vale destacar o grande papel que o Estatuto desenvolve no dia-a-dia das Escolas, pois ele serve para ratificar a constituição e a composição dos membros da associação. E com relação à avaliação dos membros com relação a sua participação no processo de elaboração do Estatuto obtivemos as respostas abaixo:

Boa. O Entrevistado já tinha conhecimento na elaboração de Estatuto e isso facilitou o processo de construção do Estatuto (Entrevistado 1 – STR de Indaiabira);

“Não participei da Elaboração do Estatuto da Associação”.
(Entrevistado 2 – STR de Salinas);

“Boa”.
(Entrevistado 3 – Grupo de Mulheres de Rio Pardo de Minas);

“Na discussão e opinião na construção do Estatuto”.
(Entrevistado 4 – STR de Rio Pardo de Minas);

“Reuniram os sindicatos, EMATER, pais, poder público e foram discutindo o Estatuto. Após a criação teve revisão”.
(Entrevistado 5 – Movimento de Defesa do Meio Ambiente de Rio Pardo de Minas);

“Através de muito diálogo e por meio de debates”.
(Entrevistado 6 – STR de Curral de Dentro);

“Por meio de minuta. Foram discutindo com os pais e lideranças sindicais, a partir do modelo e foi adequando a realidade dessa região”. (Entrevistado 7 – STR de Rio Pardo de Minas);

“A decisão foi feita no coletivo, ouviu e deu proposta. Houve troca de informação”. (Entrevistado 8 – STR de São João do Paraíso);

“Discutindo a partir de minuta e foram elaborando o Estatuto da Associação”. (Entrevistado 9 – Poder Público Municipal de Taiobeiras);

“Não participei da elaboração do Estatuto da Associação”.
(Entrevistado 10 – EMATER de Salinas)

A construção do Regimento Interno da EFA aconteceu com boa participação dos membros da Comissão PRO-EFA. A seguir o gráfico da Participação da Elaboração do Regimento Interno.

Gráfico 9 – Participação dos membros da comissão PRO-EFA na elaboração do Regimento Interno.

A participação dos membros da comissão PRO-EFA durante a elaboração do Regimento Interno da EFA

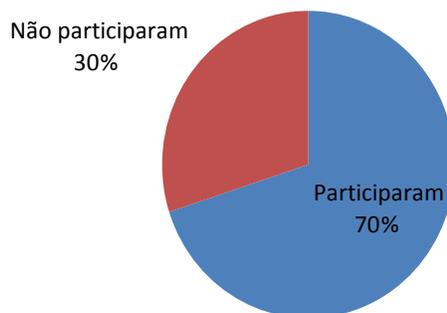


A elaboração do Regimento Interno da EFA NE aconteceu com a grande maioria dos membros da comissão PRO-EFA. Nesse documento construíram as normas de funcionamento baseado nos princípios filosóficos e metodológicos da Pedagogia da Alternância adotado pela EFA NE.

O processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico contou com a participação dos membros da comissão PRO-EFA. Conforme descrita no gráfico abaixo.

Gráfico 10 – Participação dos entrevistados na elaboração do Projeto Político Pedagógico

Participação dos entrevistados na elaboração do Projeto Político Pedagógico



Com relação à avaliação da participação dos membros no momento da elaboração, seguem abaixo as respostas.

“Particpei de forma positiva. Discutiu sobre a agricultura, participação da avaliação dos monitores. Fez avaliação por meio de currículo onde tinha atuado”. (Entrevistado 1 – STR de Indaiabira)

“Não participei da Elaboração do Projeto Político Pedagógico”. (Entrevistado 2 – STR de Salinas)

“Boa. Foi importante no período da implantação da EFA. Foi participativo e democrático. A forma de organização foi participativa”. (Entrevistado 3 – Grupo de Mulheres de Rio Pardo de Minas)

“Foi boa. Reunião com representante da AMEFA e monitores para discutir e colocar o dia-a-dia dos alunos na escola.” (Entrevistado 4 – STR de Rio Pardo de Minas)

“Estava junto da elaboração, mas não aprofundou muito na elaboração do Projeto Político Pedagógico”. (Entrevistado 5 – Movimento de Defesa de Meio Ambiente de Rio Pardo de Minas)

“Não participei da elaboração do Projeto Político Pedagógico”. (Entrevistado 6 – STR de Curral de Dentro)

“O representante da AMEFA trouxe a minuta e foram discutindo ponto por ponto”. “Comparou o Projeto Político Pedagógico com

a coluna vertebral, no que diz respeito ao funcionamento do ser humano, mas que deve ser preenchido com “carne” conhecimento realidade dos estudantes.” (Entrevistado 7- STR de Rio Pardo de Minas)

“Foi apresentada uma proposta e discutido na plenária”.
(Entrevistado 8 – STR de São João do Paraíso)

“Trazendo as informações naquilo que queria para a educação do campo voltada para os agricultores familiares”.
(Entrevistado 9 – Poder Público Municipal de Taiobeiras)

“Não participei da elaboração do Projeto Político Pedagógico.
(Entrevistado 10 – EMATER de Salinas)

O projeto político pedagógico fez parte da constituição da EFA NE. O representante da AMEFA apresentou uma minuta de um projeto político pedagógico e em seguida os membros foram divididos em grupos menores. Nem todos os entrevistados responderam com relação a sua participação durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico. Isso demonstra que a discussão sobre o Projeto Político Pedagógico, precisam ser ampliada nos espaços educativos. Haja vista que esse é o espaço mais importante para se efetivar uma educação de qualidade voltada a atender as especificidades de cada grupo, e segmento ali representado. A construção tem que ser coletiva e participativa de forma verticalizada para que possam atender as expectativas dos movimentos sociais que muito tem a contribuir com outras pedagogias. No momento da elaboração percebe-se que a construção do currículo tem sido um espaço de disputas por diversas ideologias e normas ligadas as classes dominantes, que se perpetua no poder e que ditam as regras da educação no país. O autor Miguel Arroyo (2011) diz que:

Na realidade, não é tanto o currículo que está em disputa, mas a docência, o trabalho, a liberdade criativa dos trabalhadores na educação. Está em disputa o conhecimento, a cultura e sua rica diversidade. (ARROYO, 2011, p.43)

Percebe-se que a elaboração e as construções do currículo, bem como a elaboração do projeto político pedagógico são momentos de suma importância durante a constituição das EFAs. Tendo em vista, que esses momentos foram considerados espaços de reflexão sobre a vida, de coletivos, de diferentes

sujeitos, de costumes, de construção de normas, e de espaços de fortalecimento de memórias culturais, sociais e de identidade dos seres humanos. Mais adiante Miguel Arroyo (2011) retrata que:

Os currículos podem reforçar essas presenças afirmativas dos coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero, dos campos e das periferias, à medida que desocultem suas memórias e valorizem a diversidade de vivências do tempo. O reescrever a história tem um significado político-pedagógico da maior relevância: reconhecer outros sujeitos de história. Este é o ponto nodal em nossa formação social: ignorar, ocultar ou reconhecer os Outros como sujeito de história.
(ARROYO,2011, p.327)

No momento da elaboração dos currículos devem ser considerados como espaço de reforçar e reafirmar as iniciativas coletivas, no sentido de reconhecer que a história foi construída por diferentes sujeitos, que incorporam lutas pela terra, pela água, pelos direitos trabalhistas, pela melhoria na saúde, e na educação. Esse momento foi importante espaço para reconhecer as especificidades dos atores sociais do Alto Rio Pardo.

Dando continuidade na discussão da entrevista realizada, a terceira categoria da pesquisa buscou analisar o envolvimento dos representantes da comissão PRO-EFA nos movimentos sociais da região e a sua participação. Com o intuito de conhecer sobre os valores e princípios que cada representante defende e tinha antes de fazer parte dessa comissão. Foram perguntados: “Quais movimentos sociais pertenceram?”. Foram obtidas as seguintes respostas.

“Participei de Associação, de Movimentos Atingidos por Barragens, Comissão Pastoral da Terra e Sindicatos. O município de Indaiabira não tinha sindicato, pois era distrito de Rio Pardo De Minas. Fui responsável pela organização e fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Indaiabira. A participação dos sindicatos no âmbito do Território Rural foi o parceiro fundamental na priorização e implantação da EFA Nova Esperança. Se não fosse o sindicato não teria concretizado a EFA. O maior projeto do território é a Escola Família Agrícola Nova Esperança.” (Entrevistado 1 – STR de Indaiabira)

“Participei de associação, e reuniões da igreja nas comunidades eclesiais de base quando Salinas pertencia à

região ou Diocese de Caratinga, eram muito melhor. Hoje teve alteração e não permanece da mesma forma, houve um distanciamento”. (Entrevistado 2 – STR de Salinas)

Participei de associação e trabalho da comunidade. (Entrevistado 3 – Grupo de Mulheres de Rio Pardo de Minas)

“Participei de Associação, fazia parte do sindicato e dos grupos da igreja. Participei de reunião na comunidade para discutir os problemas da comunidade, buscando informações para ajudar nos problemas apresentados”. (Entrevistado 4 – STR de Rio Pardo de Minas)

“Participei do Movimento de Defesa do Meio Ambiente, da criação do Território Rural do Alto Rio Pardo, e das discussões entorno do fechamento das escolas rurais. Percebi a dificuldade dos alunos que sai da zona rural e vai para a cidade. Acaba com a cultura rural que o enquadra como agricultor rural. O modelo de educação oferecida não valoriza quem mora na roça. Tenho orgulho de ser trabalhadora rural”. (Entrevistado 5 – Movimento de Defesa do Meio Ambiente de Rio Pardo de Minas)

“Participei das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica do meu município.” (Entrevistado 6 – STR de Curral de Dentro)

“Não participei de movimento social.” (Entrevistado 7 – STR de Rio Pardo de Minas)

“Participei de Associações comunitárias, eu sempre participei de associação. Participei do Projeto do Nordeste (PAPI I e PAPI – II). Acompanhava os projetos da SUDENOR nos anos 90 na priorização dos projetos por municípios. Fui três vezes membro do conselho fiscal antes de se tornar presidente do sindicato. Na época tinham na cidade de São João do Paraíso umas freiras e padre membro da comissão pastoral da terra que mobilizaram e organizaram o movimento sindical. As reuniões aconteciam nas comunidades e discutiam assuntos referentes ao dia-a-dia das famílias, desde acesso a terra a questões bíblicas e de saúde, moradia, organização sindical. Ajudavam na organização dos eventos, manifestações da população diante da falta de água, acesso a escola na zona rural. (Entrevistado 8 – STR de São João do Paraíso)

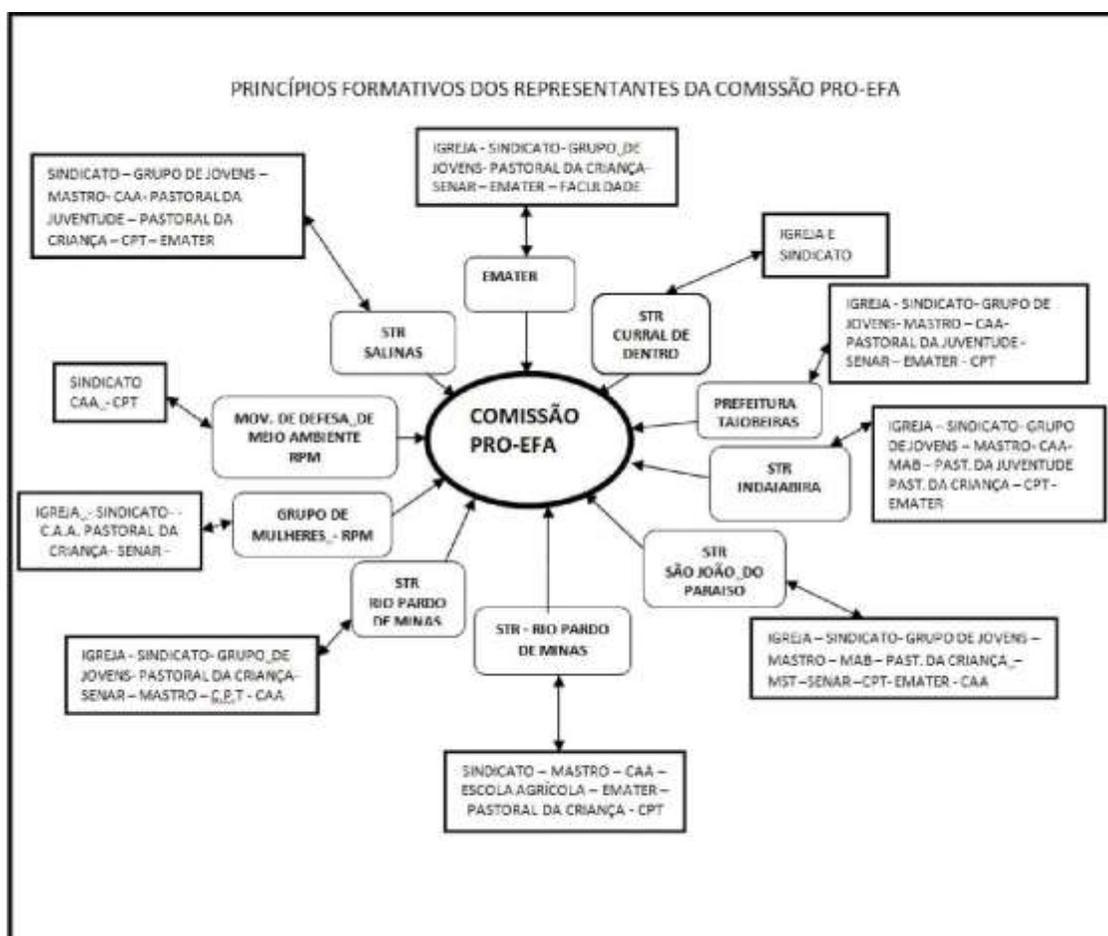
“Participei de Movimento do sindicato, Associações Comunitárias, CMDRS, Fórum do Norte. Participei da criação do Território Rural do Alto Rio Pardo com membro do colegiado.” (Entrevistado 9 – Poder Público Municipal de Taiobeiras)

“Não participei de movimento social.” (Entrevistado 10 – EMATER Salinas)

Para finalizar a análise das entrevistas, procuramos refletir sobre a participação dos representantes em movimentos sociais anterior a sua inclusão na comissão e à base formativa dos representantes da comissão PRO-EFA.

A seguir apresentaremos um quadro com a Base Formativa dos Membros da Comissão PRO-EFA.

QUADRO 1 BASE FORMATIVA DOS MEMBROS DA COMISSÃO PRO-EFA



A participação dos membros da comissão PRO-EFA são oriundos das seguintes instituições: Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, O Movimento de Defesa de Meio Ambiente e o Movimento de Grupo de Mulheres, a EMATER e O Representante do poder público municipal de Taiobeiras.

Os STRs dos municípios de Rio Pardo de Minas, Curral de Dentro, Indaiabira, Salinas, São João do Paraíso foram responsáveis pela mobilização de várias ações na região do Alto Rio Pardo, são lideranças engajadas na luta pelos direitos trabalhistas dos sindicalizados, pela luta da reforma agrária, pela defesa do meio ambiente, pelas ações referentes aos jovens, as mulheres, os homens, os adultos no que diz respeito aos trabalhadores rurais.

O autor Pedro Demo (2009) ressalta a importância dos sindicatos. Ele diz que:

O sindicalismo aloca-se entre as organizações vitais de qualquer sociedade, realizando o direito ao trabalho. A dimensão do trabalho é fundamental, não só porque ocupa a maior parte do tempo e do espaço na sociedade, mas, sobretudo porque é a forma típica de contato e transformação da natureza, através da qual obtemos a sobrevivência material. (2009, p.34)

Ao utilizar a força física ou atividade mental durante a realização do trabalho se obtém a sobrevivência material, deve-se considerar que essa não se recebe de forma fácil ou de mão beijada, mas precisa ser conquistada com o esforço de cada ser humano.

Ao abordar a temática sobre o trabalho é comum apresentá-la com a noção de sofrimento diante dos traços de exploração e desgaste excessivo em que a maioria dos trabalhadores se submete em suas atividades diárias; sejam elas realizadas em áreas urbanas ou áreas rurais. A importância da reflexão sobre o trabalho deve-se contemplar também como forma de realização social e pessoal.

Mais adiante o autor Pedro Demo (2009) vai explicar sobre a forma de organização dos trabalhadores e da força do coletivo diante do trabalho. Ressalta que o que o sindicato tem a finalidade de organização política do trabalhador e defesa dos seus direitos humanos e sociais:

... de defender seus direitos humanos e sociais, de coibir processos excessivamente exploradores, de negociar de igual para igual com os empregadores. Economicamente falando o trabalhador não consegue competir com os detentores do grande capital. Mas, politicamente falando, é possível alcançar situação tal que a negociação fica praticamente inevitável

...O sindicalismo foi à força real que introduziu a preocupação social dentro da política econômica, não mais como concessão assistencialista ou residual, mas como característica de uma forma de crescimento econômico comprometida com a sua participação pela maioria. (2009 p36)

Os sindicatos nascem com o intuito de defender os direitos dos trabalhadores, mas ao longo dos anos tem ampliado suas defesas diante dos conflitos existentes na sociedade. Vale ressaltar a contribuição dos sindicatos como espaço de ampliação de participação em diferentes temas e assuntos da sociedade.

Ao refletir sobre o sindicalismo, mereceu atenção a oportunidade de inícios de associativos de base. Foram descritas as formas com que cada representante da comissão PRO-EFA aprendem, sabem e suas fontes de aprendizados. As fontes de aprendizagem, de socialização e mobilização dos representantes do STRs do Alto Rio Pardo foram:

Igreja, Sindicato, Grupo de Jovens, MASTRO, MAB, CAA, Pastoral da Juventude, Pastoral da Criança, CPT e EMATER. (Entrevistado 1- STR de Indaiabira)

Sindicato, Grupo de Jovens, MASTRO, CAA, Pastoral da Juventude, Pastoral da Criança, CPT, EMATER. (Entrevistado 2 – STR de Salinas)

Igreja, Sindicato, grupo de jovens, pastoral da criança, SENAR, MASTRO, CPT e CAA. (Entrevistado 4 – STR de Rio Pardo de Minas e membro da AEFARP)

Igreja e Sindicato. (Entrevistado 6 – STR de Curral de Dentro).

Sindicato, MASTRO, CAA, Escola Agrícola- Emater, Pastoral da Criança, CPT (Entrevistado 7 – STR de Rio Pardo de Minas)

Igreja, Sindicato, Grupo de Jovens, MASTRO, MAS, Pastoral da Criança, SENAR, CPT, EMATER, CAA e MST (Entrevistado 8 – STR de São João do Paraíso)

A igreja como base de formação teve uma frequência na grande maioria dos representantes. A Igreja torna-se uma grande força na luta pela

democracia, pela justiça e pelos direitos humanos principalmente durante o regime militar.

A Pastoral da Criança aparece com frequência em 05 respostas. Há uma forte atuação da pastoral da criança nessa região vinculado as freiras e padres católicos junto às famílias que se encontraram em vulnerabilidade social.

O Centro de Agricultura Alternativa foi citado por 06 membros da comissão como ponto de apoio nas discussões relacionadas aos agricultores familiares e extrativistas da região. Vale mencionar as atividades desenvolvidas pelo CAA em parceria com os sindicatos principalmente de Taiobeiras e Rio Pardo de Minas como beneficiários da ATER Sustentabilidade. De acordo com os presidentes dos sindicatos esse trabalho tem o objetivo de identificar dimensões socioculturais, econômicas e ambientais em interfaces no sistema de produção e autoconsumo familiar, alimentar, na geração de renda, no beneficiamento da produção e acesso a mercado.

A Comissão Pastoral da Terra foi citada por 05 membros da comissão, isso demonstra o importante papel desempenhado pelo CPT nas discussões de acesso a terra e na organização das comunidades em prol da luta pela terra nessa região. Os Grupos de Jovens foram citados por 06 membros e a Pastoral da Juventude por 03 membros.

Esses espaços formativos tinham como princípios a reflexão sobre assuntos relevantes da época com o suporte o uso de textos bíblicos. As reuniões dos jovens aconteciam semanalmente. Muitos desses grupos de jovens nasciam da preocupação dos pais em propor direcionamento aos jovens que ficavam dispersos e ociosos na sociedade. Os grupos de jovens participavam da pastoral da juventude que funcionava como conselho regional. Nesse tipo de pastoral tinha um padre que acompanhava essas atividades. Eram planejados calendários anuais com formações mensais ou bimestrais para os representantes dos grupos de jovens. Um dos momentos mais esperados era o Dia Nacional da Juventude.

O Movimento Articulado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Organizado do Alto Rio Pardo apareceu com frequência em 06 membros da

comissão. Esse movimento reforçou o papel político dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Alto Rio Pardo.

O Movimento dos Atingidos de Barragem pareceu citado por 02 membros. Esse movimento atua em parceria com o sindicato com ações e discussões junto aos agricultores no enfrentamento da seca que dificulta o seu desenvolvimento e a sua permanência no campo. Nos últimos anos a região do Alto Rio Pardo tem enfrentado um longo período de estiagem.

O Movimento do Sem-Terra foi citado por um membro. Verifica-se o empenho desse movimento na luta pelo acesso a Terra, pela educação e pela moradia.

A Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural – EMATER teve sua representação na comissão PRO-EFA. Ela é um órgão público que presta serviços de assistência técnica aos municípios da região do Alto Rio Pardo e demais municípios no país. O representante da EMATER na comissão PROEFA diz que aprendeu o que sabem e tem como fontes de aprendizagens as seguintes instituições:

Igreja, Sindicato, Grupo de Jovens, pastoral da Criança,
SENAR, e Faculdade. (Entrevistado 10 - EMATER de Salinas)

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER foram citadas em 07 respostas. A empresa conduziu cursos voltados para os agricultores rurais, empresários e para os diferentes grupos sociais que necessitam de assistência técnica e ficam próximos do público dos movimentos sociais. O SENAR não foi entidade que componente da comissão PRO-EFA, mas executam um importante trabalho de assistência técnica aos agricultores rurais e aos movimentos sociais envolvidos no campo. Eles apareceram em 05 respostas dos membros da comissão PRO-EFA.

A faculdade foi citada pelo membro da comissão PRO-EFA representante da EMATER Salinas. Percebe-se que as atuações das universidades estavam distante dos movimentos sociais, tendo em vista, os processos formativos foram encaminhados pela educação informal.

O Grupo de Mulheres de Rio Pardo de Minas foi indicado como entidade para compor a comissão PRO-EFA. Esse grupo representa a força da união das

mulheres que atuam no município de Rio Pardo de Minas no intuito de contribuir com as políticas públicas de gênero e que possuem forte ligação com o STR de Rio Pardo de Minas. Sua representante disse que aprendem e tem como base formativa as seguintes Instituições:

Igreja, Sindicato, CAA, Pastoral da Criança e o SENAR
(Entrevistado 3 – Grupo de Mulheres de Rio Pardo de Minas)

Percebe-se que a grande maioria dos representantes da comissão PROEFA tiveram seus princípios formativos nos movimentos sociais e que houve interação entre os diferentes grupos.

O Grupo de Defesa de Meio Ambiente de Rio Pardo de Minas participou da comissão PRO-EFA como entidade que representa o empenho dos associados em prol da defesa do meio ambiente. Esse movimento contribuiu para a discussão e a implantação do Território do Alto Rio Pardo. Vale à pena mencionar que a sua representante foi eleita a presidência da AEFARP. Ela disse que sua base formativa foi construída a partir das seguintes instituições:

Sindicato, CAA, CPT. (Entrevistado 5 – Movimento de Defesa do Meio Ambiente de Rio Pardo de Minas)

O sindicato tem uma atuação ampla e tornou-se um elo forte entre os diversos movimentos que atuam na região, em parceria com o Centro de Agricultura Alternativa e a Comissão Pastoral da Terra.

A Prefeitura de Taiobeiras participou de forma efetiva na comissão PROEFA por meio do seu representante e que foi eleito como o tesoureiro da AEFARP. A Prefeitura de Taiobeiras foi à proponente do recurso do PRONAT durante o processo de construção do prédio da EFA NE e mantém um contrato de comodato com a EFA na seção da área para a instalação e funcionamento da EFA NE. O representante do poder público municipal recebeu influências das seguintes instituições.

Igreja, Sindicato, Grupo de Jovens, MASTRO, CAA, Pastoral da Juventude, SENAR, EMATER e CPT. (Entrevistado 9 – Poder Público Municipal de Taiobeiras)

Os movimentos sociais tais como: a igreja, os sindicatos, o MASTRO, o CCA, a pastoral da criança e pastoral da juventude, os grupos de jovens, a CPT, o

MAB, a EMATER, o SENAR foram os mentores de articulação e mobilização da nova modalidade de ensino na região, a EFA NE representa uma opção de escolha para as pessoas que querem permanecer no campo.

A pesquisa propiciou a reflexão dos membros da comissão PRO-EFA e demais atores sociais do Território do Alto Rio Pardo a oportunidade de discussão sobre a educação oferecida, bem como os diversos projetos implantados durante a implantação do território. Mas o maior ganho dessa mobilização e articulação foi congregar os diversos atores para pensar de forma coletiva as ações de atuação dos entes federados na promoção do desenvolvimento local. Vale ressaltar que na região já existia articulação e

interação dos atores sociais dos segmentos ligados aos sindicatos e demais movimentos vinculados a igreja católica, que são as pastorais de juventude, da criança, a CPT, o MAB e outros.

A importância da existência de movimentos sociais centrados nos princípios associativos na região do Alto Rio Pardo pode justificar a defesa intransigente da educação do campo e pela implantação da EFA NE. Tendo em vista que o investimento em capital social, em desenvolvimento local, na formação integral da pessoa, e na pedagogia da alternância, com a atuação da associação local com a representação das famílias, monitores, estudantes e demais atores sociais são os princípios da Educação do Campo, e da Escola Família Agrícola e constituem a base formativa dos membros da comissão PRO-EFA. Nas instituições de representação dos membros dessa comissão eles aprenderam, se fazem sujeitos coletivos e colocam a disposição da sociedade no fortalecimento das políticas públicas.

Conclusão

Ao realizar a pesquisa sobre a Escola Família Agrícola Nova Esperança: Um estudo sobre a participação da comissão PRO-EFA percebermos a necessidade de discorrer sobre o Plano de Desenvolvimento Territorial Rural implantado no Alto Rio Pardo, pois esse foi um ganho imensurável para essa região no sentido de convergir todas as políticas públicas de âmbito federal, estadual e municipal para esses municípios.

Ao traçar as estratégias de criação e implantação da EFA NE, a comissão PRO-EFA foi protagonista na mobilização dos atores sociais para a construção do prédio e da estrutura física da EFA NE, e ainda contribuiu de forma significativa na criação dos documentos de constituição da EFA.

A criação da Associação Escola Família Agrícola do Alto Rio Pardo foi primordial para o funcionamento da EFA, como entidade mantenedora.

O foco maior da pesquisa foi à participação da comissão PRO-EFA. Acredita-se que sem a persistência e a grande contribuição dos membros da comissão, a EFA NE não existiria, tendo em vista que ao longo das entrevistas os membros ressaltaram que outro projeto de implantação da EFA já havia surgido, mas que não tiveram sucesso. O empenho da implantação do Território do Alto Rio Pardo e o recurso do PRONAT foi essencial para alavancar o processo de implantação. Assim sendo, a EFA, EFA NE no território pode não ser suficiente para atender toda a demanda dos agricultores do território que vinham demandando, mas é indispensável para garantir o direito à escolarização no Ensino Médio, aos jovens do campo afigura-se como um espaço para se pensar e implantar outras pedagogias, mais apropriadas ao contexto rural, sobretudo o bioma semiárido.

Para refletir sobre EFA NE e a participação dos membros da comissão PRO-EFA, bem como as instituições que atuam no Território do Alto Rio Pardo foi importante traçar o mapa conceitual da base dos princípios formativos dos membros da comissão PRO-EFA. Assim sendo, pode-se visualizar os principais movimentos sociais, a atuação decisiva dos presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais e demais instituições engajadas na

promoção do desenvolvimento local sustentável; pois os princípios formativos que cada representante trouxe foram a mola propulsora para fomentar as reuniões e discussões que culminou na implantação da EFA NE. Vale destacar que os movimentos sociais têm muito a nos ensinar no que diz respeito às lutas pela reforma agrária, pela escola, pela saúde, pela moradia. Eles têm muito a contribuir por apresentar outras pedagogias, outros conhecimentos e de outros critérios de validação e de verdade.

Vale destacar que as pedagogias dos movimentos sociais têm apresentados alternativas educativas interessantes, a forma de condução dos movimentos por meio do diálogo e efetivação de pauta. A negociação é decidida no coletivo. No Território do Alto Rio Pardo, essa isso foi comprovado pela resistências e lutas dos camponeses, povos e comunidades tradicionais na luta pela Terra principalmente na região de Rio Pardo de Minas, Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma por meio da criação a Reserva Extrativista. O movimento dos geraizeiros utilizou de greve de fome como forma de negociação. Percebe-se que estamos diante de disputas dos coletivos populares também pela escola, que muito tem contribuído com a educação ao inferir novas metodologias e alternativas educativas mais contextualizadas com a realidade dos povos do campo, mas a sua forma de ensinar e transmitir conhecimentos tem sido o diferencial da Escolas Famílias Agrícola.

Acredita-se que não devemos adentrar na disputas entre a teoria e prática por reconhecer a importância entre elas. Mas destacar a importância dos saberes populares no enfrentamento de questões existentes, mas tão pouco discutidas como é caso das desigualdades sociais, regionais, políticas e culturais que envolvem as comunidades urbanas e rurais do nosso país.

A importância dos movimentos sociais articulados na região do Alto Rio Pardo merece destaque pela persistência das ações em torno de uma base formativa que favoreça a interação entre os grupos. Diante das dificuldades enfrentadas pela comissão PRO-EFA buscou-se apoio nos mesmos princípios da Educação do Campo, como a preocupação com o desenvolvimento local, a criação e apoio da associação local, a formação humana e a pedagogia da alternância.

Mais adiante o autor Miguel Arroyo (2012) vai comentar que:

Os movimentos sociais em sua diversidade de fronteiras coincidem em destacar como o aprendizado dos direitos vem das lutas por essa base material. Por sua humanização. Os movimentos sociais têm sido educativos não tanto por meio da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pela formas como têm se agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra, pelo trabalho ou pela inserção na cidade. Por outro projeto de sociedade, de cidade e de campo por outras relações sociais de produção. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que têm as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Relembra as teorias pedagógicas quanto determinantes são as condições de sobrevivências no constituir-nos seres humanos, culturais, éticos, identitários. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana. (ARROYO,2012,p.81)

O autor nos mostra a grande contribuição dos movimentos sociais diante dos processos educativos, ou seja, eles nos alerta sobre a importância de apresentar novas formas de socialização, de aprendizados e vivências de possibilidade mais coletivas, de formas mais verticalizadas de tomadas de decisão, de descentralização de poder e discussões mais horizontais entre os pares.

Portanto, ao fazer opção da pesquisa sobre EFA NE e a participação da comissão PRO-EFA percebe-se que as articulações dos movimentos sociais principalmente as instituições que constituem a base formativa dos membros da comissão procurou fundamentar a reflexão na articulação de política pública com os interesses e ideais que os membros perseguiram, sem eles não teria ocorrido o processo de implantação. A importância da atuação dos movimentos sociais e populares na região do Alto Rio Pardo se caracteriza por constituir uma rede que durante muitos anos vem atuando em diversos problemas que enfrentam na região, mas que se constituiu uma rede que tomam as decisões políticas de forma horizontalizadas e na busca por informações plenas para todos os participantes.

Percebe-se que a experiência social dos STRs, do movimento de defesa do meio ambiente, do movimento de mulheres, da EMATER, do SENAR, do CAA, MAB, MASTRO, CPT, das pastorais da juventude e da criança, dos grupos de jovens foram fundamentais na implantação da EFA NE, mas que durante o processo de criação, constituição dos dispositivos jurídicos e

metodológicos e a implantação da EFA fizeram não somente reuniões, mas priorizaram essas discussões como agenda pública com a união de atores políticos e sociais que se constituiu por meio das suas representações coletivas e pessoais como sujeitos políticos de mudança. Considera-se que essas experiências políticas e sociais dos movimentos sociais sirvam de base para a reflexão que a EFA NE deva implantar na região do Alto Rio Pardo.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.p. 69-81.

_____(2011 b).Currículo, Território em disputa. Petrópolis: Vozes. 2. Ed. RJ, p.43; p.327

BRITO, Isabel Cristina Barbosa. Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas. Tese de Dissertação de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2013. p. 169-170.

CHAUÍ, Marilena, Os Sentidos da democracia e participação.São Paulo: Institutos,Polis, 2005, p.25

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). Por uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.147-158.

DEMO, Pedro. Participação é conquista: noções de política social participativa, 6.ed. São Paulo, Cortez, 2009, p.20; 34-36.

MATTEI, Lauro. Institucionalidade e Protagonismo Político: Os 10 anos do Condraf. MDA/CONDRAF. Brasília, 2010. p. 37-42, p.127.

MOLINA, Mônica C.: JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (Orgs). Contribuições para Construção de um Projeto de Educação do Campo. BRASÍLIA, 2004, P.8.

NOSELLA, Paolo. A Formação pelo Trabalho. In: BEGNAMI, João Batista; BURGHGRAVE, Thierry de (Orgs.). Pedagogia da Alternância e sustentabilidade. Orizona/Goiás: UNEFAB, 2013, p.95-103.

MARIE LE VEN, Michel. Afeto e política: metodologia qualitativa: história oral de vida e sociologia clínica. (org.) colaboradores Dilma Frões Vieira, Inês Assunção de Castro Teixeira- Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Ed. Tela e Texto, 2008, p.37.

Sites consultados:

<www.territoriosdacidadania.gov.br/altodoriopardo>. Acesso em 03/10/2013.

<www.mda.gov.br/SDT/MDA>; Acesso em 03/10/2013

<www.condrf.org.br>; Acesso em 03/10/2013

<www.iica.org.br> Acesso em 03/10/2013

Anexos

Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG
 Pós-Graduação em Educação do Campo
 Entrevista

Data: _____ Município: _____

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: () feminino () masculino

Escolaridade: () Ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo () ensino médio () ensino superior

Segmento que representa: Organização da sociedade civil () Poder Público ()

() Professores () Jovens () Agricultores

1) Você fez parte da comissão PRO_EFA : () SIM () NÃO. Se sim, de qual? () comissão de serviços em prol da EFA () Comissão de construção () comissão de organização da propriedade da EFA () comissão de busca de parcerias; comissão de projetos, outras, conforme necessidades.

2) Você considera que essa comissão contribuiu para a implantação da EFA? () sim () não. Por quê?

—

—

3) Você já conhecia Escola Família Agrícola? () Sim () Não

4) Você participou do Seminário Territorial: Escola que Temos e a Escola que Queremos? () sim () não

5) Você participou da elaboração do Estatuto da Associação? () sim () não. Como foi a sua participação?

—

—

6) Você participou da elaboração do Regimento Interno da Escola Família Agrícola? () sim () não.

7) Você participou da Elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Família Agrícola? () sim () não. Como você avalia a sua participação?

—

8) Você participava de movimentos sociais antes de integrar a comissão PROEFA? () sim () não. Quais?

—

9) Você recebeu influências de quais entidades e que princípios formativos colaboraram na sua formação pessoal, social?

Igreja () Sindicato () Grupo de Jovens () MASTRO () C.A.A ()
MAB() Escola Agrícola() Pastoral da Juventude () Pastoral da Criança ()
EMATER() Comissão Pastoral da Terra () Faculdade () MST ()
SENAR()

TERRITÓRIO DA CIDADANIA ALTO RIO PARDO

Composição do Colegiado

Ministério do
Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Desenvolvimento Territorial



MEMBROS DA COMISSÃO PRÓ-EFA TERRITÓRIO DA CIDADANIA ALTO RIO PARDO

TOTAL DE REPRESENTANTES: 10

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

01. STR Berizal

Titular: Donerio Amorim Neto (38) 9804-7534, 3845-8167

Suplente: Maria de Lourdes Costa Antunes - (38) 3845-8166

Contato: (38) 9919-8234

E-mail: sindicatoberizal@hotmail.com

02. STR Curral de Dentro

Titular: Alzira Maria de Jesus - (38) 9984-3039

Suplente: Tergina Reis Capuchinho - (38) 9943-6385 RECAD0

Contato: (38) 3845-9160

E-mail: strcdd@yahoo.com.br

STR Indaiabira

Titular: Valdecy Manuel dos Santos - (38) 9103-4222 ou 99699749

Suplente: Eliane Rodrigues de Oliveira (38) 9133-6167 Contato: (38) 3824-9128 E-mail:

STR Rio Pardo de Minas

Titular: Moisés Dias de Oliveira - (38) 9135-1623, 9102-9397

moisesstrrpm@yahoo.com.br

Suplente: Salete Aparecida Avelar Silva (38) 9116-8541

Contato: (38) 3824 – 1241, 9135-1471

E-mail: sttrrpm@yahoo.com.br

05. GRUPO DE MULHERES - Rio Pardo de Minas Titular: Maria Neuracy de Sá - (38) 9158 - 6357, Suplente:

Contato: (38) 3824 – 1241, 9135-1471

E-mail: sttrrpm@yahoo.com.br

06. STR Salinas

Titular: Mário Francisco dos Santos Suplente:

Contato: (38) 3841-1490, 3841- 4297

E-mail: strsalinas@yahoo.com.br

07. STR São João do Paraíso

Titular: Melvino Gomes Ferreira – (38) 9961-1257

Suplente: Jovino de Jesus Souza - (38) 3832-2169, 9919-4108

Contato: (38)3832-1257 (sindicato)

E-mail: sindicatosjp@yahoo.com.br, alcideiasjp@yahoo.com.br

STR Vargem Grande do Rio Pardo.

Titular: Homero Fialho de Carvalho (38) 9966-6689

Suplente: Emídio Miranda de Souza Contato: (38) 3824-7205 E-mail:

Movimento de Defesa do Meio Ambiente. (Rio Pardo de Minas) Titular:

Ivanete Rodrigues dos Santos Suplente:

Contato: (38) 9194-2741 / 9169-3929 E-mail:

08. EMATER SALINAS

Titular: Sebastião Cezar Ferreira do Carmo Suplente:

Contato: Rua: Prefeito Epaminondas Costa, S/N, Salinas- Minas Gerais –Tel

(38) 3841-1304

E-mail: salinas@emater.mg.gov.br